

LUCERNAS ROMANAS DE OSSONOBÁ: O CONJUNTO DA INTERVENÇÃO DA RUA INFANTE D. HENRIQUE Nº 58-60 (FARO, PORTUGAL)

Ana Martins

Universidade de Évora | Universidade de Granada | Bolseira da FCT (2021.06047.BD)
ana.i.martins93@gmail.com

Carlos Pereira

UNIARQ – FLUL | Bolseiro da FCT
carlos_samuel_pereira@hotmail.com

ABSTRACT

This work presents the results of the study of the set of roman lamps collected during the archaeological excavation carried out in 2004 at Rua Infante D. Henrique Nº 58-60 (Faro, Portugal). This intervention was carried out in a site that use to belong to the roman city of *Ossonoba* and that had its chronology defined between the first half of the 1st century AD and the first third/half of the 5th. The ceramological study that we present here had as main focus the chronotypological analysis, as well as the iconography and epigraphy present in the lamp fragments. The studied set presents a great diversification in terms of morphologies and the chronology that reflects a more intense occupation of the site is marked out between the middle of the 1st century and the end of the 3rd/beginning of the 4th.

Keywords – Roman lamps; lightning; ceramic production; *Ossonoba*

RESUMO

Apresenta-se neste trabalho o resultado do estudo do conjunto de lucernas romanas recolhido no decorrer da escavação arqueológica levada a cabo, em 2004, na Rua Infante D. Henrique Nº 58-60 (Faro, Portugal). Esta intervenção foi executada num sítio pertencente à cidade romana de *Ossonoba* que teve a sua cronologia definida entre a primeira metade do século I d.C. e o primeiro terço/metade do século V. O estudo ceramológico que aqui apresentamos teve como principais focos a análise crono-tipológica, assim como da iconografia e da epigrafia presente nos fragmentos de lucerna. O conjunto estudado apresenta uma grande diversidade em termos de morfologias e a cronologia que reflecte uma ocupação mais intensa do sítio encontra-se balizada entre meados do século I e final do III/início do IV.

Palavras chave: Lucernas; iluminação; produções cerâmicas; *Ossonoba*

1. INTRODUÇÃO

O conjunto que se apresenta é proveniente da Rua Infante D. Henrique, situada na cidade de Faro, na região do Algarve (Portugal), local onde foi realizada uma intervenção arqueológica, em contexto de obra, mais precisamente nos n.ºs 58-60.

Estes trabalhos decorreram em Outubro de 2004, através da Associação do Campo Arqueológico de Tavira, tendo sido dirigidos por Maria Maia. Uma vez que pretendiam diagnosticar a existência de eventuais estruturas e/ou materiais existentes no local, a arqueóloga recorreu à abertura de sete valas, totalizando uma área de 57,75 m² (MAIA 2004: p. 1). Após a conclusão da escavação destas valas, realizou-se ainda escavação em área em parte do terreno.

O espólio exumado nesta escavação encontra-se depositado no Museu Municipal de Faro (MMF). Todavia, também no Hotel Sol Algarve, edifício erguido no local onde decorreram estes trabalhos, se encontram alguns materiais expostos que o então proprietário recolheu no decorrer da obra. Para além do estudo do conjunto de lucernas, que aqui apresentamos, outros foram já realizados. Em 2019 um de nós (A.M.) concluiu o estudo do conjunto de *terra sigillata*, que permitiu atribuir ao sítio uma baliza cronológica situada entre a primeira metade do século I d.C. e o primeiro terço/metade do século V (Martins 2019: p. 104). Antes, em 2015, Jaquelina Covaneiro havia analisado um conjunto de mais de duas dezenas de *aci crinales* (COVANEIRO, no prelo; BERNARDES *et alii* 2020: p. 231).

Relativamente às estruturas encontradas, as interpretações sugeridas apontam para a possibilidade de estas corresponderem a parte de um edifício (Fig. 1), na sua maioria coberto, com uma área interior pavimentada com mosaico, paredes decoradas com pinturas e colunas de tijolos de quadrante que rodeavam um espelho de água de pouca profundidade. Considerando estas características, é consensual que estejamos perante uma eventual zona de peristilo, de um pátio ou átrio de uma *domus* (MAIA 2004; MARTINS 2019; BERNARDES *et alii* 2020). A sua construção foi, contudo, datada em momento posterior à inicial ocupação do espaço, concretamente do século III d.C., considerando-se que terá sido abandonado no final do mesmo século, o que foi associado a um evento de cariz violento, como um incêndio (MAIA 2004: p. 4).

2. LEITURA E EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO ROMANA NA ENVOLVENTE DA URBE: O CASO DA RUA INFANTE D. HENRIQUE

Com o avançar da investigação e o aumento das intervenções arqueológicas realizadas em Faro, maioritariamente em contexto de obra, tem sido possível reconstituir a história da cidade. A área urbana de *Ossonoba* pode assim ser dividida em várias áreas funcionais: espaços de necrópole, área monumental, área industrial e zona portuária que estava conectada às duas anteriores (BERNARDES 2014; BERNARDES, *et alii* 2014; MARTINS 2019). Destas é a designada como “monumental”, hoje corresponde à zona da Vila-Adentro, que melhor se conhece, localizando-se aí a génese da cidade pré-romana (ARRUDA *et alii* 2005; BERNARDES 2011), que acabou por se converter no centro político-administrativo e religioso da cidade romana.

Como consequência da pacificação e reforma administrativa da Hispânia ocorrida durante o principado de Augusto e, mais tarde, com as campanhas do principado de Cláudio, que promoveram uma navegação mais pacífica e a conquista da Britânia, notamos que *Ossonoba* gozou de um desenvolvimento considerável, o que promoveu a expansão progressiva da cidade para áreas periféricas, maioritariamente em direcção a ocidente. Estas realidades conjugadas com a posição estratégica da cidade e a sua relação com o mar, converteram a cidade numa das mais importantes da região, com um porto localizado entre o Mediterrâneo e o Atlântico.

Por estes motivos, em meados do século I d.C. a cidade começou a expandir-se para as ruas Infante D. Henrique, Ventura Coelho, Serpa Pinto, do Compromisso, Conselheiro Bivar e Avenida

da República. O registo, nestes locais, de cerâmicas provenientes do Sul da Gália, do vale do Guadalquivir, assim como do vale do Ebro ou do Norte de África demonstra que a cidade mantinha um grande dinamismo económico e fluxo de comércio marítimo ligados ao mundo mediterrâneo (GAMITO e MAIA 1976; VIEGAS 2011; BERNARDES 2011; 2014).

Estas novas áreas suburbanas da cidade albergaram as actividades comerciais e industriais, mas também algumas residenciais. A área industrial terá crescido ao longo da actual Avenida da República, prolongando-se até à estação ferroviária e daí até à Rua Infante D. Henrique, sendo que, nesta última, passaria uma das principais vias da cidade e se iniciaria a área residencial. Esta estava, por sua vez, limitada pelas duas necrópoles localizadas junto às saídas Ocidental e Norte (BERNARDES 2005; 2011; TEICHNER *et alii* 2007; PEREIRA 2018). Embora algumas pequenas embarcações alcançassem a zona ribeirinha, onde se implantou a nova área industrial, o porto da cidade encontrava-se na zona do Largo de São Francisco, na parte oposta da cidade.

Todavia, o conhecimento que detemos sobre estas novas áreas da cidade (Fig. 2) é ainda bastante limitado. Com excepção das intervenções mais recentes, que têm sido salvaguardadas maioritariamente pelo registo arqueológico, muitas das descobertas foram relatadas por Pinheiro e Rosa (1984), maioritariamente registadas e destruídas pelas obras de construção que ocorreram ao longo do século XX, sem que exista um registo apropriado dos mesmos.

Os vestígios identificados em 2004, na Rua Infante D. Henrique n.ºs 58-60, podem ter correspondido a uma área residencial suburbana da cidade, relativamente próxima da industrial ou mesmo de uma zona que desempenhasse ambas funções. A área escavada não foi suficiente para que se pudesse obter uma boa leitura das estruturas encontradas, tendo-se registado apenas um conjunto de paredes de boa alvenaria, tijolos de quadrante, fragmentos de um tanque, de mosaico e de estuque pintado. São estes vestígios que, conjugados, permitiram sugerir tratar-se de um pátio ou de uma área de peristilo, mas não temos argumentos mais sólidos que o confirmem. Já vimos que a datação proposta foi limitada ao século III d.C. e o seu abandono relacionado com um evento violento (MAIA 2004: p. 4).

Embora a sua utilização possa ter sido curta no tempo, o estudo da *terra sigillata* proveniente da escavação permitiu determinar uma baliza cronológica para a ocupação do local definida entre a primeira metade do século I d.C. (30/40 d.C.) e o primeiro terço/metade do século V (450/460 d.C.). Além disso, a heterogeneidade de categorias e formas (itálica, sudgálica, hispânica, norte africana A, A/D, C e D, luzente e imitações de produção bética) e a considerável quantidade de material (370 NMI), obriga a uma reflexão sobre o facto de este local se destinar unicamente a uma ocupação residencial ou se estaria igualmente relacionado com uma área de comércio.

Embora a maioria dos estratos não se conservasse, o que condicionou a análise crono-estratigráfica, o estudo crono-tipológico da *terra sigillata* permitiu identificar dois picos de importação: o primeiro entre meados do século I e início do II d.C.; o segundo entre a segunda metade do século III e a primeira metade do IV. A primeira fase relaciona-se com o já mencionado momento de grande desenvolvimento da cidade. Seguiu-se-lhe uma quebra das importações provocada por um momento de crise e instabilidade, a partir do início do século II d.C., consequência que tem sido relacionada com: os ataques realizados por parte dos *mauri*, situação que se reflectiu por todo o Sul da Península Ibérica (ARCE 2005, *apud* QUARESMA 2012: p. 260); as usurpações de poder por parte de Clódio Albino e a consequente repressão levada a cabo pelo imperador Septímio Severo; e ainda com a atividade sísmica mais intensa que a habitual (VIEGAS 2011: p. 71; BERNARDES 2011: p. 15; QUARESMA 2012: p. 260; BERNARDES 2014: p. 358). As consequências deste clima de instabilidade fizeram-se sentir nas cidades do litoral da Bética e do Sul da Lusitânia, que dependiam do comércio marítimo, e das quais somente algumas conseguiram recuperar. Neste quadro devemos ainda mencionar que as minas da região, como *Vipasca*, viram a sua produção decair a partir de 150 d.C., cronologia que também tem vindo a ser associada à crise nas áreas metalíferas da Bética (ARBOLEDAS MARTÍNEZ 2007: pp. 763-765).

Esta fase de decadência das cidades vizinhas terá favorecido *Ossonoba*, que prosperou novamente e regista um segundo pico de importações entre a segunda metade do século III d.C. e a primeira metade do IV. Por esta altura a produção de preparados piscícolas em *Ossonoba*, e na região do Algarve em geral, terá aumentado, para o qual contribuíram os intercâmbios comerciais com o Norte de África.

Nesta altura a cidade mantém-se em crescimento e a reorganização político-administrativa levada a cabo no principado de Diocleciano parece não ter exercido qualquer modificação ou influência negativa na região, assim como em todo território hoje pertencente ao Algarve (VIEGAS 2011: p. 71). O mesmo não se pode dizer relativamente aos conflitos internos e ao desmantelamento de estruturas político-administrativas que decorreram a partir da segunda metade do século IV, situação que se regista por todo o Império e que geralmente é acompanhada por uma progressiva queda das importações.

A partir deste momento, a convulsão social, política e administrativa, assim como o aumento significativo das ameaças externas provocaram novamente um clima de insegurança na cidade. Deste modo, as áreas que se povoaram nos limites da urbe são abandonadas, tendo-se concentrado a demografia e as instituições na zona nuclear. As cerâmicas importadas encontradas na zona periférica da cidade têm o seu *terminus* entre o primeiro terço/metade do século V (MARTINS 2019) e meados/terceiro quartel do V d.C. (VIEGAS 2011), ou eventualmente início do VI (BERNARDES *et alii* 2020).

Esta trasladação para a área que se tinha anteriormente destinado ao centro político-administrativo e religioso, serviu como uma zona segura que conservava ainda a linha de muralha, transformando-se numa área combinada para onde convergiram as estruturas político-administrativas, religiosas, habitacionais e comerciais.

3. O CONJUNTO LYCHNOLÓGICO

O conjunto que se apresenta, como ficou evidenciado nas páginas anteriores, é proveniente da intervenção realizada na Rua Infante D. Henrique, na actual cidade de Faro (Algarve, Portugal). Aí foi recolhido um total de 180 fragmentos de lucernas, sendo a maioria inclassificável (119 NFR). Os restantes distribuem-se pelas principais séries conhecidas: de volutas; de disco; tardo-antigas de produção africana; e escassos fragmentos de lucernas atípicas (vd. Fig. 3). Para 91 NFR não foi possível determinar a série a que pertenceram (Fig. 7, n.º 8 a 22).

Das séries identificadas, somente estão presentes as alto-imperiais e da Antiguidade Tardia, o que está de acordo com a própria dinâmica ocupacional do sítio e também com o resultado do estudo da *terra sigillata* (MARTINS 2019: pp. 114-116). As de volutas e de disco são as mais abundantes, contando com 46 e 40 NFR respectivamente, sintoma de que, com efeito, o momento mais destacado da ocupação situa-se entre meados do século I e o III d.C. Porém, foram identificadas outras formas, mais tardias, e inclusive alguns tipos exógenos pouco frequentes no Ocidente do Império.

A exposição deste conjunto lychnológico segue, portanto, o critério evolutivo dos próprios artefactos, iniciando-se com a série de volutas e progredindo para as seguintes. Dentro de cada série descrevem-se os tipos identificados e debatem-se as suas características e cronologia.

Atendendo à diversidade do conjunto, quer das séries quer das formas, para a classificação dos fragmentos apoiámo-nos em vários trabalhos antigos e recentes, considerando, pois, que a tipologia de Dressel (1899) permanece incontornável, posteriormente actualizada e melhorada por Nino Lamboglia (1952). Todavia, a existência de trabalhos mais recentes tem permitido apurar e ampliar a essência das peças utilizadas na iluminação, algo que não foi ignorado, mesmo quando isso não tem reflexo numa diferenciação cronológica. Por este motivo, também recorreremos a obras

que oferecem uma maior diversidade de formas e pormenores estilísticos (LOESCHCKE 1919; BAILEY 1980; BUSSIÈRE 2000). Conquanto uma delas seja mais útil e detalhada para as peças da série de volutas, a outra é particularmente útil para as da série de disco.

Simultaneamente, foi realizada uma observação atenta das pastas procurando determinar a origem de cada fragmento. Tal como acontece com outros conjuntos da região (PEREIRA 2012; 2018: pp. 137-158; PEREIRA e ARRUDA 2016), a maioria dos fragmentos acusa uma origem da província da Bética, concretamente 138 NFR. Dos restantes, nove têm pastas que atribuímos às *figlinae* do Norte de África, um deverá corresponder a uma importação oriental e os remanescentes são de origem indeterminada.

Deve ainda referir-se que, do grupo que atribuímos às oficinas da Bética, pudemos reconhecer alguns fragmentos que claramente apresentam características relacionáveis com a área litoral gaditana, concretamente 10 NFR. Com efeito, estas pastas são geralmente muito depuradas, polvorentas, por vezes ligeiramente porosas e com tonalidades bege, podendo variar entre tons amarelados e esverdeados. A oito fragmentos foi atribuída uma origem na região do baixo-Guadalquivir, por terem pastas menos depuradas, sólidas, com inclusões visíveis, destacando-se os quartzos irregulares e angulosos, com fracturas frequentemente laminares. Um destes fragmentos admite, inclusive, ser procedente da *figlina* identificada em *Hispalis* (VÁZQUEZ 2012), assemelhando-se na forma e na composição.

Igualmente relevante é um conjunto de 23 NFR que apresenta pastas atribuíveis à região Sudoeste da Hispânia, especificamente a coincidente com o distrito mineiro de Riotinto e de Aljustrel. É bem conhecida a produção lychnológica que aí operou (MORILLO e RODRÍGUEZ 2008: p. 302; RIBEIRO 2015; MORILLO 2015), originando formas próprias derivadas da Dressel-Lamboglia 9, frequentemente denominadas de “lucernas mineiras” (LUZON NOGUÉ 1967), mas que optámos por utilizar a nomenclatura de “tipo Riotinto-Aljustrel” (ALARCÃO 1966: p. 26), por parecer a mais correcta e remeter para a área onde foi produzida (CAMPOS *et alii* 2004: pp. 139-140).

Finalmente, a análise iconográfica e a epigráfica não foram esquecidas, abordadas em subcapítulos separados. O conjunto integra seis peças com marca ou contramarca e 37 decoradas, as quais se detalham adiante.

3.1. ANÁLISE CRONO-TIPOLOGICA

3.1.1. AS LUCERNAS DA SÉRIE DE VOLUTAS

Como referimos antes, 46 dos fragmentos oferecem características que permitem a sua inclusão na série das lucernas de volutas, o que corresponde a 25,5% do conjunto. Esta situação foi possível porque geralmente ostentam partes distintivas, como a voluta, ainda que em casos pontuais outros pormenores tenham sido relevantes para averiguar a série. Esse é justamente o caso das lucernas de tipo Riotinto-Aljustrel que, ao tratar-se de autênticos regionalismos, oferecem detalhes facilmente identificáveis, mesmo quando o fragmento não conserva a voluta. Em menor medida a morfologia da orla e das molduras foram tomadas como critério, pois sabemos que alguns tipos são transversais a ambas séries: a de volutas e a de disco (PEREIRA 2014: pp. 17-19; MALAGOLI 2016: pp. 82-92).

Todavia, nem todos os fragmentos mencionados permitiram reconhecer o tipo a que pertenceram, não tendo sido possível determinar a forma de 13 NFR. Os restantes distribuem-se por vários tipos, sendo maioritários, contudo, os de bico redondo. Ainda que exíguo, este conjunto permite um desdobrar em formas concretas das tipologias de Donald Bailey (1980; 1988) e de Jean Bussière (2000).

Somente três fragmentos de bico permitem a sua integração no grupo das lucernas de volutas de bico triangular (Fig. 4, n.º 1 a 3), concretamente da forma Dressel-Lamboglia 9. Conquanto se

trate de um tipo escasso e mesmo tendo em consideração um eventual intervalo de amortização, a presença destes materiais comprova que o local assistiu a presenças humanas ainda durante a primeira metade do século I d.C., tal como foi constatado pelo estudo da *terra sigillata* (MARTINS 2019: p. 114).

Dois dos mencionados fragmentos integram o tipo A2 de Bailey (Fig. 4, n.º 1 e 2), correspondente à forma IB de Loeschcke (1919: pp. 26-27; MORILLO 2015: pp. 352-353) e ao tipo B I 1b de Bussièrre (2000). Nestes casos o disco é completamente fechado e o bico ganha volume. As molduras são maioritariamente simples, mas começam a ser morfologicamente mais variadas na sua complexidade, com sulcos profundos e molduras com larguras diversas (PEREIRA 2014: p. 18, fig. 10; MALAGOLI 2016: p. 83, fig. 39). O bico, sendo maior comparativamente ao tipo predecessor, não alcança ainda a dimensão dos modelos mais tardios.

Esta forma, surgida na Itália durante o final do século I a.C. (BAILEY 1980), rapidamente se disseminou pelo Império, mantendo-se em produção até ao final do reinado de Tibério (MORILLO 1999: p. 76), mas alcançando o auge de circulação ainda durante o reinado de Augusto. Alguns dos argumentos que justificam o seu considerado êxito estão relacionados com o facto de este modelo ter sido reproduzido em várias *figlinae* das províncias orientais e ocidentais, sendo exemplo as de Montans (BERGES 1989: pp. 36-40), de Mérida (RODRÍGUEZ 1996: pp. 143-147), de *Tarraco* (BERNAL 1993: p. 153), de *Tarazona* (AMARÉ *et alii* 1983: p. 96) de Herrera de Pisuerga (MORILLO 1992: p. 168), de *Hispalis* (VÁZQUEZ 2012) ou de *Caesaraugusta* (HERNÁNDEZ 2015; MORILLO 2015: p. 384).

O restante fragmento, também correspondente a um bico (Fig. 4, n.º 3), integra o tipo A3 de Bailey, admitindo, contudo, algumas dúvidas na classificação, pois corresponde ao topo do *rostrum*. Esta forma tem equivalência com os tipos Loeschcke IB, Dressel-Lamboglia 9B e Bussièrre B I 2 e B I 3.

Produzido nos mesmo sítios que antes foram mencionados (Pereira 2021: pp. 9-10), este tipo é o que oferece o bico mais amplo e as volutas, que continuam a estar unicamente voltadas para o disco, tendem a ficar cada vez mais simples. As volutas dão agora a ilusão de que se fundem com o corpo da lucerna, sobressaindo nas laterais do *rostrum* menos de metade ou metade do seu volume (baixo-relevo). As molduras são mais variadas, notando-se uma clara preferência pelos modelos com espessuras diversas (PEREIRA 2014: p. 18, fig. 10, tipo IC; MALAGOLI 2016: p. 84, fig. 40, tipo L.3a e 3b). Este tipo de moldura parece ter-se generalizado por volta de meados do século I d.C., mantendo-se nas formas posteriores (PEREIRA 2014: p. 19).

Embora se considere maioritário a partir do reinado de Cláudio (BAILEY 1980), esta lucerna parece surgir ainda durante o governo de Tibério, ponderando outros autores o seu aparecimento desde final do reinado de Augusto (MALAGOLI 2016: p. 84). Foi sem dúvida o modelo mais abundante, o que justifica a sua produção até, pelo menos, ao início da dinastia dos Flávios (BUSSIÈRE 2000).

As lucernas de bico redondo são consideravelmente mais abundantes, contando com 12 exemplares que se distribuem pelas variantes da categoria de tipo B de Bailey, equivalente ao tipo Dressel-Lamboglia 11/14, Loeschcke IV e Bussièrre B III. Mais uma vez estes dados parecem estar de acordo com a dinâmica da ocupação romana do local, que se inicia na primeira metade do século I d.C., mas que gradualmente se intensifica.

Este tipo de lucerna distingue-se, além do bico redondo, que nos modelos mais antigos tende a ser de pequena dimensão, pela presença de volutas duplas que vão evoluindo para elementos cada vez mais destacados lateralmente e embutidos no corpo da lucerna. A situação inversa pode ser considerada para o disco, que, começando por ser o elemento mais relevante nas peças mais antigas, se vai convertendo num espaço tendencialmente reduzido em detrimento das orlas.

Pertencem ao tipo B2 de Bailey três fragmentos de lucernas que conservam parte daquele característico elemento (Fig. 4, n.º 4 e 5, um fragmento não permitiu representação gráfica, 1823). Este tipo gozou de um sucesso notável, o que é confirmado pela sua presença em quantidades

apreciáveis na maioria dos sítios romanos de ocupação alto-imperial (MORILLO 1999: pp. 87-89; 2015: p. 357), situação que é mais evidente a partir o reinado de Cláudio. As características deste tipo parecem reproduzir as das lucernas de bico triangular, divergindo notavelmente na forma do bico, mas mantendo o amplo disco. Porém, a partir do terceiro quartel do século I d.C. surgem dois modelos ligeiramente distintos, o tipo B3 e o B4 de Bailey, que variam sobretudo na forma das molduras e na dimensão do disco. Esta evolução das lucernas de volutas de bico redondo resulta numa moldura tendencialmente ampla e ombro progressivamente arredondado (PEREIRA 2014: p. 19). Também a posição das volutas pode considerar-se um critério a ter em conta, engastando-se cada vez mais no corpo da peça (BAILEY 1980; MALAGOLI 2016: pp. 86-87).

Pertencentes a estes tipos foram identificados nove fragmentos. Oito deles pertencem ao tipo B3 (Fig. 4, n.º 6 a 13), conservam parte da voluta e ostentam ombros estreitos. Contrariamente ao tipo anterior, que geralmente tem ombros estreitos de tendência horizontal, mantém orlas curtas, mas que progressivamente se convertem em perfis convexos (MALAGOLI 2016: p. 86). Neste tipo integrámos um fragmento que claramente conserva decoração estampada na orla (Fig. 4, n.º 12). Embora os exemplares de volutas duplas com orla decorada não sejam inéditos, merece destaque a sua presença neste conjunto, pois são particularmente frequentes a partir dos tipos de voluta simples voltada para o bico (Dressel-Lamboglia 15/16; Loeschcke V; Bailey C; Bussièrre IV).

Dos oito fragmentos somente um não corresponde a importação bética, parecendo tratar-se, eventualmente, de uma peça que teve origem nas oficinas da capital da província (Fig. 4, n.º 13). Com efeito, as características da pasta assemelham-se às que são consideradas produções de Mérida durante este período (RODRÍGUEZ 1996; 2005), ou seja, pastas amareladas-claras ou esbranquiçadas com engobes de tom laranja. Os restantes fragmentos correspondem a produções béticas, parecendo que dois deles têm origem no litoral gaditano. Devemos mencionar ainda que duas peças (Fig. 4, n.º 6 e 7) são de fabrico tosco e têm os pormenores estilísticos muito esbatidos, situação que permite considerá-las cópias de segunda ou mesmo de terceira geração.

Somente um fragmento deverá corresponder ao tipo B4 de Bailey (Fig. 4, n.º 14), ostentando uma orla ampla com molduras assimétricas de tipo IVb (PEREIRA 2014: p. 18) equivalente a L.6a (MALAGOLI 2016: p. 87). Todavia, se para os fragmentos anteriores estamos em condições de certificar as classificações, por corresponderem a parte do bico, voluta ou outros elementos que determinam categoricamente o tipo, neste caso não podemos excluir que possa ter pertencido a uma lucerna da forma Dressel-Lamboglia 15/16, equivalente aos tipos Loeschcke V, Bailey C e Bussièrre IV.

Tal como se tem vindo a confirmar pelo estudo dos conjuntos lychnológicos do Ocidente (PEREIRA 2012; 2014; PEREIRA e ARRUDA 2016; VIEIRA 2011; PEREIRA *et alii* 2021), estes tipos não parecem estar documentados em contextos posteriores às primeiras décadas do século II d.C., tendo sido o mais utilizado durante a segunda metade da centúria precedente (MORILLO 1999: p. 89). Como foi referido, os fragmentos mencionados correspondem sobretudo a produções béticas, lucernas que foram fabricadas em *Italica* (LÓPEZ 1981: pp. 19-20) e em Córdoba (BERNAL 1993: pp. 214-215), mas tendo-se reconhecido a sua produção em outras áreas, nomeadamente: em Braga (MORAIS 2005: pp. 366-379), em Tarazona (AMARÉ *et alii* 1983; AMARÉ e AGUAROD 1987) ou em Mérida (RODRÍGUEZ 1996: pp. 143-147).

Consideravelmente mais raros são os exemplares *bilychnis*, de bicos justapostos, tendo-se reconhecido uma peça que integra este tipo (Fig. 4, n.º 15). Corresponde à forma Deneauve XC, equivalente ao tipo C I 3 de Bussièrre e VIII H de Bisi (1977), que contempla peças que podem ser da série de volutas ou de disco, geralmente com dois orifícios de alimentação e uma asa, centrada no disco, que facilitava a suspensão da peça. Dada a variedade de tipos que esta forma pode incluir, como foi possível averiguar pelos análogos salacienses (PEREIRA 2013: pp. 20-22), somente determinadas partes da peça ou o contexto de recolha permite considerações cronológicas, como aconteceu com o fragmento de Monte Molião (PEREIRA e ARRUDA 2016: p. 171). Este modelo,

conquanto não tenha tido um grande êxito, é transversal à maioria das séries produzidas durante época romana, motivo pelo qual também durante a Antiguidade Tardia se regista o mesmo modelo (tipo Atlante X D; Bonifay C2).

A peça recolhida nesta intervenção incorpora claramente os modelos de volutas, ainda que não possamos assegurar se teria o bico triangular ou redondo. As características da pasta e do engobe permitem garantir uma origem bética, não sendo de excluir que esta peça possa ter sido produzida na *figlina* de *Hispalis*, identificada na Plaza de la Encarnación de Sevilla (VÁZQUEZ 2012). Com efeito, nesse local foram produzidos vários modelos do século I d.C., entre os que encontramos exemplares deste tipo com os mesmos pormenores estilísticos. Mais difícil é garantir que a composição das pastas e os revestimentos sejam exactamente os mesmos, motivo pelo qual, por ora, apenas consideramos esta origem como uma possibilidade.

Como foi referido, esta forma está documentada no Algarve (PEREIRA e ARRUDA 2016: p. 171), tendo-se reconhecido a sua existência também em Aljustrel (VIANA e RIBEIRO 1957) e em Alcácer do Sal (ALMEIDA 1953; FIGUEIREDO 1974-77; PEREIRA 2013: pp. 20-22). Além destes sítios portugueses foi igualmente documentada em Barcelona (GRANADOS e MANERA 1980: p. 56, n.º 8), Alicante (OLCINA *et alii* 1990: p. 73, n.º 79), Cartago (DENEAUVE 1969: p. 215), Tipasa (BARADEZ 1961: p. 139, pl. VIII, 1) e Tunísia (BUSSIÈRE e RIVEL 2012).

Tal como já havia sido constatado antes (PEREIRA e ARRUDA 2016: p. 150; PEREIRA 2018: pp. 153-160), a presença de exemplares genuinamente hispânicos de tipo Riotinto-Aljustrel chegaram em número considerável a esta área da província da Lusitânia, o que, concordando com os restantes materiais importados, corrobora que o Sul desta província parecia estar mais conectado, no que à actividade comercial diz respeito, com a província da Bética.

O conjunto que agora se apresenta constitui um dos que oferece maior quantidade destas lucernas no Algarve, tendo-se identificado um total de 17 NFR (Fig. 5). Os critérios que permitiram identificar este modelo estão particularmente relacionados com as características morfo-tipológicas (volutas, marcas, decoração), mas também foi possível identificar alguns fragmentos por as pastas assumirem composições e aspecto peculiares.

Inicialmente datadas de meados do século I d.C. (ANDRADE *et alii* 1957; ALARCÃO 1966: p. 26; BELCHIOR 1970: pp. 76-78), por corresponderem a derivações dos modelos de volutas e de bico triangular, Luzón Nogué, estudando os exemplares de Riotinto, avançou a sua cronologia até à primeira metade da centúria seguinte (1967: pp. 139-142). Desde então vêm sendo reconhecidos exemplares em contextos que permitem afinar continuamente a cronologia desta produção (RADDATZ 1973: p. 39; DEL AMO 1976: p. 92; BAILEY 1988: p. 175, Q 1667; MORENO 1991: pp. 132-135; GAMITO 1992: p. 116; RODRÍGUEZ 2002: p. 25). Estes contextos permitiram datar estas lucernas dos séculos II e III (LÓPEZ 1981: p. 14; MORILLO 1999: p. 105).

A área de fabrico deste tipo de lucernas não levanta actualmente problemas, sendo estimado, sem grandes reservas, que foram produzidas nos centros oleiros do Sudoeste peninsular (MORILLO 1999: p. 105; 2015; MORILLO e RODRÍGUEZ 2008: pp. 301-302), tendo-se registado, inclusive, a sua produção em ambientes urbanos (VÁZQUEZ 2012).

Conquanto se considere uma produção regional, esta lucerna gozou de uma considerada dispersão pela área central, Sul e Oeste da Península Ibérica, com especial concentração na área nuclear da produção. Todavia, alcançou também regiões mais setentrionais (MORILLO 1999: pp. 105-106; MORAIS 2005: p. 342), embora em número reduzido e, aparentemente, em um momento ligeiramente mais tardio, estando igualmente documentada no litoral do Norte de África (MORILLO 1999: p. 105).

Uma primeira classificação foi estabelecida com o objectivo de organizar a variedade de lucernas deste tipo, tanto morfológica como cronologicamente, na qual a presença ou ausência de decoração na orla era o principal critério (LÓPEZ 1981: pp. 104-105; 1982: p. 383). No entanto, esta

aparente evolução entre os dois tipos, primeiro os decorados e depois os lisos, revelou ser arriscada (MORILLO e RODRÍGUEZ 2008: p. 301), pois actualmente não é tão evidente essa evolução.

Tal como o conjunto de lucernas de Cortalago já havia comprovado a coexistência das diversas variantes de lucernas desta forma (CAMPOS *et alii* 2004: p. 140), também o conjunto que agora se apresenta corrobora a convivência de exemplares sem decoração de boa qualidade, com outros decorados e de fabrico tosco. Além disso, deve ter-se em conta que o conhecido oleiro que terá laborado no distrito mineiro, *Lucius I. Reburinus* (RIBEIRO 2015), parece ter fabricado tanto exemplares sem decoração como exemplares morfológicamente análogos decorados (LUZÓN 1967: fig. 4 e 5; PEREIRA 2018). Apesar do que foi dito, devemos admitir que neste caso concreto são maioritárias as peças de orla decorada com óvulos em relevo, reconhecendo-se unicamente três que são lisas.

3.1.2. AS LUCERNAS DA SÉRIE DE DISCO

Embora as lucernas da série de disco não sejam tão abundantes como as da série de volutas, aquela série está representada por um total de 40 NFR, correspondendo a 21,6% do conjunto. No entanto, também neste caso são frequentes os fragmentos que não permitiram classificação, concretamente 17 NFR. Os restantes distribuem-se por uma considerada diversidade de formas.

Os exemplares de disco integram genericamente o tipo D de Bussièrre (2000), correspondente às formas Dressel-Lamboglia 17 a 30, Loeschcke VIII e Bailey H, O e P. Embora tenham circulado outras formas minoritárias, estas são as que vão dominar o mercado desde final do século I até ao final do século III (IVANYI 1935: p. 13; BALIL 1980: p. 248; BAILEY 1980). Tal como no caso das lucernas de volutas, também para estas a morfologia do bico é determinante para identificar o tipo concreto, ainda que o perfil do ombro e molduras ganhe cada vez mais relevância (MALAGOLI 2016: p. 90).

A produção destes modelos ter-se-á iniciado nas mesmas oficinas itálicas em que se fabricavam os últimos modelos de volutas, tendo sido rapidamente disseminadas pelas costas do Mediterrâneo (MORILLO 2015: p. 360). Conquanto para outras partes do Império (Gália, Itália, Norte de África) os diferentes tipos desta série estejam relativamente bem definidos (LOESCHCKE 1919: p. 47; LEIBUNDGUT 1977: p. 35; BAILEY 1980; BUSSIÈRE 2000: pp. 90-91), na Hispânia continua a ser uma das mais mal conhecidas, comparativamente às de volutas ou às de canal (MORILLO 2015: pp. 360-361). Além de alguns tipos não estarem ainda totalmente individualizados, deve ter-se igualmente em conta que, nesta fase, se assiste a uma maior diversidade de importações, mas também de produções ibéricas que reproduzem os modelos importados (MORILLO e RODRÍGUEZ 2008; PEREIRA 2014; 2018; 2021).

Esta série tem, geralmente, corpo circular ou de tendência circular, associado a orlas amplas e de perfil convexo que envolvem discos de dimensões reduzidas. O *rostrum* é maioritariamente pequeno, subdesenvolvido e redondo. Seguindo as matrizes dos últimos modelos de volutas, concretamente as do tipo Dressel-Lamboglia 15/16, Loeschcke V, Bailey C e Bussièrre IV, nos quais se inspiraram, é frequente encontrar lucernas desta série com as orlas decoradas. Com efeito, nestes modelos as orlas ganham cada vez mais relevo, transferindo-se progressivamente os motivos iconográficos para estas. Também a decoração presente no disco evolui para léxicos cada vez mais estilizados e de menor qualidade artística, assistindo-se, inclusive, à alteração de algumas das temáticas estampadas.

Esta evolução morfo-iconográfica está atestada pela própria evolução da morfologia do bico, algo que está estabelecido desde a tipologia de Dressel (1899), mas sobretudo da de Loeschcke (1919). Sendo certo que outros investigadores construíram tipologias que contemplam os modelos desta série, Jean Bussièrre (2000) definiu com mais detalhe os pormenores iconográficos destas lucernas, apoiando-se sobretudo na forma do bico, das orlas e na presença ou ausência de decoração na orla, individualizando mais de 30 tipos e subtipos distintos.

Neste conjunto os tipos iniciais estão representados por cinco exemplares, mas para dois deles (Fig. 6, n.º 1 e 2) não foi possível determinar com detalhe o tipo que integraram. Tratando-se de meros fragmentos de discos e orlas, consideramos, pois, que podem pertencer quer ao tipo D I como ao tipo D II de Bussièrre, tipos que surgem ainda durante o século I d.C., mas que são particularmente abundantes a partir da transição do século I para o II, como foi constatado pelos contextos de Ampúrias (CASAS e SOLER 2006: p. 37).

Com mais probabilidade outro fragmento (Fig. 6, n.º 3) parece pertencer ao primeiro tipo do grupo D de Bussièrre. Corresponde a um fragmento de asa que conserva parte do disco, decorado, e da orla. Esta é curta, levemente convexa e deverá integrar o tipo VIb (PEREIRA 2014: p. 18), L.7a (MALAGOLI 2016: p. 87), perfil que mantém o traço dos últimos modelos de volutas.

Ao tipo D II 1 deverão pertencer dois fragmentos de bico (Fig. 6, n.º 4 e 5). Todavia, deve ter-se em conta que a elevada fragmentação do conjunto não permite asseverar muitas das propostas classificativas. Esse é justamente o caso destes elementos, pois não é improvável que possam integrar também os tipos D VI ou D VII de Bussièrre. Já referimos que estes tipos correspondem, genericamente, ao tipo Dressel-Lamboglia 20, além de que não oscilam no tempo de forma considerável. Com efeito, estes modelos foram abundantes ao longo de todo o século II d.C., estando documentados ainda durante a segunda metade da centúria anterior, como o comprovam os exemplares recolhidos em Herculano e em Pompeia (BISI 1977: p. 91). Donald Bailey, que considera este modelo no tipo P, situa esta variante entre a dinastia flávia e meados do século seguinte (1980: p. 316), cronologia que havia sido avançada antes (DENEAUVE 1969: p. 165) e é partilhada por outros investigadores (MORILLO 2015: p. 366). Apesar disso, no Sudoeste peninsular parece evidente que os modelos desenvolvidos da série de disco somente surgem em contextos datados a partir de início do século II, como se pôde comprovar em Monte Molião, Lagos (PEREIRA e ARRUDA 2016), e no Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira (PEREIRA *et alii* 2021).

É igualmente difícil averiguar o tipo para um fragmento de canal (Fig. 6, n.º 6), que se localizava entre o *rostrum* e o disco, unindo-os. Atendendo à disposição desse elemento e às características estilísticas, estamos seguramente perante uma lucerna de tipo D II 2 ou D III 3 de Bussièrre, variantes que, diferindo sobretudo na dimensão e levemente na forma, incluíam um canal que unia o disco e o bico. Do ponto de vista cronológico, estas variantes convivem com os modelos antes mencionados, demonstrando que o mesmo modelo de lucerna originou diversas variantes. Esta situação justifica a considerada diferença do conhecimento detido para os exemplares de volutas e de disco (MORILLO 2015).

O tipo D VII, que incorpora lucernas de disco de grande dimensão, também correspondentes ao tipo Dressel-Lamboglia 20, Loeschcke VIII e Bailey P, contempla as mesmas características morfológicas do tipo D II 1, partilhando igualmente as mesmas balizas temporais, centros de produção e idêntica dispersão. Na verdade, este tipo difere unicamente na dimensão, tal como foi já mencionado (CASAS e SOLER 2006: p. 40), considerando-se uma subdivisão desnecessária. A única diferença parece residir na localização dos negativos circulares localizados ao lado do bico, já que nos modelos de pequena dimensão estes estão sobre o *rostrum* e nos de grande dimensão foram deslocados para a orla.

No conjunto foi possível reconhecer quatro fragmentos deste tipo (Fig. 6, n.º 7 a 10), ainda que não o possamos garantir categoricamente. Porém, o facto de estarmos perante orlas muito amplas, convexas e com perfis desenvolvidos, acusando um corpo circular de dimensão considerável, obriga a ponderar a sua inclusão neste tipo.

Embora não tenhamos conhecimento de centros produtores na área da província da Bética, é consensual que tal manufactura existiu (MORILLO e RODRÍGUEZ 2008: pp. 296-297), o que está demonstrado pela elevada quantidade de exemplares cujas características técnico-petrográficas remetem para uma produção da área do Sul peninsular, algo que é evidenciado pelos conjuntos do

Sul da Lusitânia, como é o caso. Mas se desconhecemos os locais que produziram ou reproduziram lucernas de disco, sabemos que em Braga este fabrico está atestado (MORAIS 2004; 2005: pp. 341-342 e 366-375), tendo-se-lhe juntado recentemente uma eventual produção olisiponense (VIEIRA 2011: p. 116).

O tipo Bussièrre D IX pode estar representado por um único exemplar (Fig. 6, n.º 11), talvez da variante 2 (D IX 2). Não obstante, mais uma vez devemos ter em consideração que o fragmento corresponde a parte da orla, de perfil convexo com uma moldura ampla em relevo. Este tipo é identificado principalmente pela forma do bico, geralmente em forma de coração, elemento que não se conservou. Por outro lado, ao contrário do tipo seguinte (D X), estas lucernas não têm decoração na orla, situação que dificulta a classificação dos fragmentos. Assim, conquanto o perfil da orla, talvez de tipo VIII b (LOESCHCKE 1919; GOETHERT-POLASCHEK 1985), seja frequente nos modelos de bico em forma de coração, também está registado nas lucernas de disco standard, como é o caso do tipo Dressel-Lamboglia 20; Loeschcke VIII; Bussièrre D VII.

Mais seguro é considerar outros fragmentos (Fig. 6, n.º 12 e 13) nas variantes de tipo D X, ainda que não possamos determinar qual delas em concreto. Trata-se de um fragmento de orla, decorada com óvulos duplos, de perfil levemente convexo. Tal como no caso anterior, desconhecemos se o bico seria em forma de coração ou aplanado, mas a presença de decoração garante que deverá ter integrado uma peça deste grupo.

Não é fácil identificar a produção dos exemplares das formas 27 e 28 de Dressel, equivalentes aos tipos Loeschcke VIII, Ponsich III-C, Deneauve VIIIB e Bailey Q. A sua origem parece estar na Itália central (MORILLO 1999: pp. 119-120), mas rapidamente foram imitados no Norte de África e também na Península Ibérica. D. Bernal demonstrou que este tipo foi reproduzido em *Tarraco* (1993: p. 74), tendo também o oleiro bracarense *Lucretius* produzido variantes locais (MORAIS 2005: p. 375). Também na capital da Lusitânia se terá fabricado (RODRÍGUEZ 1996: pp. 143-147; 2005), assim como na foz do Tejo (VIEIRA 2011). A sua produção em oficinas béticas é também considerada, tal como o demonstra este conjunto, ainda que de momento esteja comprovada apenas em Córdoba (AMARÉ 1988-89; BERNAL 1993: pp. 214-215; BERNAL e GARCÍA 1995: p. 178; GARCÍA *et alii* 1999).

Cronologicamente documentada em contextos datáveis a partir de meados do século II, esta forma permanece sem um *terminus ante quem* rigoroso. Provoost estabeleceu uma cronologia que abarca também todo o século III (PROVOOST 1976: p. 557), mas Bailey propôs para o seu limite inferior os meados do mesmo século (BAILEY 1980: pp. 336-376). Consensual é, contudo, que este tipo inaugura uma nova geração dentro desta série, pois embora mantenha algumas características dos modelos precedentes, ostenta evidentes diferenças morfo-estilísticas (MORILLO 2015: p. 368).

Dois fragmentos (Fig. 6, n.º 14 e 15) podem ser integrados com mais segurança no tipo D X 1. Ambos conservam parte do bico, da orla decorada com óvulos duplos e o arranque do disco. Embora não seja totalmente claro, o bico deveria ser em forma de coração, situação que permite considerar estes fragmentos da subvariante D X 1c. Geralmente datadas entre meados do século II e meados da centúria seguinte, sugeriu-se uma evolução dos óvulos mais pequenos para os de maior dimensão. Contudo, a convivência dos mesmos punções em naufrágios, como é o caso de Culip IV (NIETO *et alii* 1989: p. 116), obriga a considerar que são contemporâneos (CASAS e SOLER 2006: p. 41).

Ambos fragmentos têm pastas com composições que sugerem uma origem nas oficinas da Bética, mas um deles (Fig. 6, n.º 14) ostenta uma pasta menos depurada, sólida, de aspecto laminar, características que podem ser atribuídas a produções do baixo-Guadalquivir.

Um fragmento de disco e orla (Fig. 6, n.º 16) pode pertencer a uma lucerna de tipo D X 4, ainda que admitamos que esta proposta se fundamenta unicamente na eventual decoração presente neste elemento. Com efeito, a orla parece estar decorada com folhas de louro, motivo estilístico que

permitiu individualizar estas lucernas, consideradas de início ou primeira metade do século III d.C. (CASAS e SOLER 2006: p. 41). Jean Bussièrre dividiu esta forma em duas subvariantes distintas: uma de decoração realista (BUSSIÈRE 2000, grupo a, estilo 1 *figuratif*); outra com a mesma decoração estilizada (grupo b, estilo 2 *schematise*), aos quais, contudo, considerou uma cronologia balizada entre meados da segunda metade do século II e meados da primeira da centúria seguinte, mas podendo alcançar meados do século III. O fragmento que apresentamos, embora conserve uma área muito reduzida da orla, parece integrar o primeiro grupo.

O tipo D X 5 é mais abundante, contando com um total de quatro exemplares (Fig. 6, n.º 17 a 19; Fig. 7, n.º 1). Estas lucernas mantêm as mesmas características que as antes mencionadas, mas os motivos estampados na orla são diferentes, correspondendo a elementos vegetalistas, geralmente, coroas de vide ou de parras. O bico pode ser em forma de coração (subtipo a), ou aplanado (subtipo b). O perfil da orla é ordinariamente de tipo VII de Loeschcke e o *rostrum* do tipo 10c de Bussièrre.

Os fragmentos de Faro conservam estes elementos (uvas, parras, folhas de videira), visíveis em orlas amplas e convexas. Conquanto estes tipos correspondam frequentemente a importações africanas (PEREIRA 2014; 2017; MORILLO 2015: p. 368; BUSSIÈRE e WHOL 2018: p. 273), as oficinas hispânicas meridionais também reproduziram estes modelos, motivo pelo qual a maioria dos fragmentos ostenta características tecno-petrográficas da província da Bética.

Não parece improvável que outro fragmento (Fig. 7, n.º 2) possa integrar este mesmo tipo, mas que, por corresponder a uma produção atípica, oferece bastantes dúvidas. Trata-se de um fragmento de orla decorado com relevos que podem corresponder a cachos de uva, mas cujos pormenores estão muito esbatidos. Mais seguro parece afirmar que corresponde a uma produção regional, eventualmente *pacensis*, tendo-se reconhecido peças idênticas nesta área (ALMEIDA 1953: p. 170, Est. XXXIX, n.º 135; CAETANO 2005: p. 105, n.º 56; MORAIS 2011: p. 63, n.º 13).

As lucernas de tipo Dressel-Lamboglia 30; Loeschcke VIII; Bussièrre D X 6 correspondem aos modelos mais tardios da série de disco, integrando um âmbito cronológico balizado nos séculos III e IV d.C. (SZENTLELEKY 1969: p. 96; PROVOOST 1976: pp. 44-45; LEIBUNDGUT 1977: p. 53; DENEAUVE 1969: p. 220). Apesar disso, outros investigadores avançaram ou constringiram o espaço temporal em que foram produzidas (BAILEY 1980: pp. 378-379; BUSSIÈRE 2000: pp. 360-370).

Os poucos dados sobre a produção desta forma na área peninsular vão de encontro ao que pensamos sobre o seu fabrico nesta área geográfica (PEREIRA 2014; 2017), ou seja, a generalização de produções marginais. Embora o conhecimento sobre a produção de cerâmicas de iluminação seja mais consistente para o Alto-Império, começa a ser evidente que com este tipo se experimentou uma maior disseminação de pequenas produções por toda a península, especialmente na área meridional (MORILLO 1999: p. 124) e ocidental (PEREIRA 2014).

Este tipo é característico de orlas decoradas com perlados que podem estar constituídos por duas (grupo a de Bussièrre) ou mais fileiras (grupo b de Bussièrre), e os relevos podem ser mais robustos (grupo a de Bussièrre) ou mais pequenos (grupo b de Bussièrre). Tal como no tipo anterior, também as lucernas desta forma podem ter bicos aplanados (Bus. 4a) ou em forma de coração (Bus. 10b).

Com estas características somente foram identificados dois fragmentos (Fig. 7, n.º 3 e 4), cuja classificação foi possível devido à presença dos típicos óvulos ou perlado presente na orla. Destes, um ostenta duas fileiras de óvulos de grande dimensão (n.º 3), o que permite sugerir a sua integração no tipo D X 6a, enquanto o restante (n.º 4) conserva um perlado mais pormenorizado e de menor dimensão, correspondente ao tipo D X 6b. Devemos ainda referir que este exemplar acusa uma qualidade mais evidente, o que, associado às características da pasta, permite sugerir tratar-se de uma importação norte africana.

3.1.3. AS LUCERNAS TARDO-ANTIGAS DE PRODUÇÃO AFRICANA

Desta série somente foi registado um fragmento, de reduzidas dimensões (Fig. 7, n.º 5), que não permite considerações sobre a forma. Este fragmento já foi analisado por um de nós no âmbito do estudo do conjunto de *terra sigillata* recolhido na intervenção da Rua Infante D. Henrique de Faro (MARTINS 2019: pp. 94-95, n.º 566). Merece destaque, contudo, o facto de que esta relação foi estabelecida unicamente tendo em conta as características tecno-petrográficas do fragmento, que acusam tratar-se de uma importação africana.

3.1.4. POSSÍVEL LUCERNA ORIENTAL

Embora corresponda a um fragmento de bico de reduzida dimensão (Fig. 7, n.º 6) e deva ser considerado com as devidas cautelas, neste conjunto deparámo-nos com um tipo de lucerna bastante distinto daquelas que são o padrão no Ocidente. Além disso, a associação de uma pasta atípica à das produções ocidentais a uma morfologia própria dos modelos orientais, concretamente a moldura em relevo em redor do orifício de combustão, obriga a ponderar-lhe essa origem. Pensamos, pois, tratar-se de uma lucerna tardia com origem na parte oriental do Império, talvez inspirada nos modelos de lucernas sírio-palestinianas (DOBBINS 1977).

Todavia, algumas peças tardo-antigas de produção africana podem ostentar um pormenor morfológico idêntico, geralmente integradas no tipo XXXI de Bronner (1930), tendo sido, inclusive, imitadas nas oficinas orientais (GARNETT 1975: pp. 195-197, n.º 23; OIKONOMOU 1988: pp. 486-488, n.º 47). Justamente por este motivo estas peças são coincidentes no tempo, maioritárias durante os séculos V e VI d.C., mas cujo pormenor da moldura destacada no bico, como são os casos mencionados, é constante nos modelos levantinos produzidos nas províncias da Macedónia e da Ásia.

São poucos os exemplares conhecidos na Península Ibérica de lucernas com origem naquelas áreas. Além de dois exemplares decorados mais tardios de Braga (ALMEIDA 1953: p. 175, n.º 161 e 162), conhecemos uma peça idêntica, mas com asa de suspensão, do Museu Machado de Castro (ALMEIDA 1953: pp. 183-185, n.º 211). A pasta e o revestimento do exemplar que aqui se apresenta é bastante idêntica à da lucerna de Conímbriga antes mencionada, de tom vermelho-tijolo e vestígios de engobe acastanhado, afastando-se dos exemplares de canal e de produção bracarense (MARTINS e DELGADO 1989-90: pp. 57 e 173; MORAIS 2005: p. 331), mais antigos e de pastas bege-esbranquiçadas.

3.1.5. LUCERNAS PRODUZIDAS A TORNO

Neste grupo incluímos um fragmento de uma lucerna circular, eventualmente de tipo Ponsich VI, que pode pertencer quer à variante a) como à variante b). Este tipo de lucerna está mal caracterizado na Península Ibérica e, embora se conheçam protótipos derivados das produções de TSHT na área Norte (LÓPEZ 1982: pp. 384-385; MEZQUÍRIZ 1985: pp. 157-159; MAYET 1984; MORILLO 1999: pp. 155-156), têm sido reconhecidas algumas que se afastam dos exemplares de tipo TSHT 50.

Esse é justamente o fragmento que aqui tratamos (Fig. 7, n.º 7), correspondente à orla e disco de uma lucerna perfeitamente circular, que teria um amplo orifício de alimentação e, o de combustão, fundir-se-ia com o ombro do reservatório. Estas lucernas estão frequentemente providas de uma asa maciça, correspondente a um apêndice adicionado semelhante ao das lucernas tardo-antigas de produção africana. Embora estas lucernas se assemelhem às TSHT 50, diferem na composição e aparência das pastas, pela ausência de revestimentos e por aquele elemento de preensão ser morfológicamente distinto. Todavia, a semelhança na morfologia e a contemporaneidade destas lucernas faz com que se possam confundir, não parecendo, na nossa perspectiva, tratar-se do

mesmo tipo, mas sim de duas derivações que seguramente se inspiraram no mesmo protótipo.

Para os exemplares de TSHT tem sido considerada uma cronologia que oscila entre momento avançado do século III e meados do V, com uma maior relevância no IV (AMARÉ 1987: p. 801). No caso concreto da forma que aqui abordamos, Michel Ponsich considerava que este modelo poderia ter surgido ainda em momento avançado do século I d.C. (PONSICH 1961: pp. 36-38), perdurando até ao final do IV. Porém, José López Rodríguez questionou essa possibilidade, ponderando tratar-se de um tipo tardio que partilhava o mesmo pormenor com os modelos de produção africana, ou seja, o apêndice maciço que substituiu a asa anelar (1981: pp. 117-118). A recente tipologia de Cristian Roman (2000), contudo, confirma as datações de M. Ponsich, talvez correspondendo o fragmento apresentado ao tipo IF.

Este tipo de lucerna não é abundante no Centro e Sul da Península Ibérica, situação que seguramente também se deve ao desconhecimento na investigação lychnológica. Para além dos casos da Panónia (IVÁNYI 1935: pp. 20-21, tipo XXII) e da Mauritânia (PONSICH 1961: pp. 36-38, tipo VIA), J. López Rodríguez deu-nos a conhecer um exemplar com apêndice maciço oposto ao bico e também apêndices laterais, em jeito de aletas (1981: pp. 117-118, Lam. XV, n.º 159), mencionando os casos de Riotinto (LUZÓN 1967: n.º 57) e de Castrobol, em Valadolid (GARCÍA 1975: Lam. II, n.º 7). Todavia, atendendo às características da asa e da pasta (DELGADO 2014: Lam. I, MHU-5482-8), não é improvável que o exemplar de Riotinto corresponda a uma lucerna de tipo TSHT 50. Àqueles podemos somar o exemplar do Museu Machado Castro, de Coimbra, o do Museu Nacional de Arqueologia (ALMEIDA 1953: Est. XLII, n.º 187 e 188), dois de Alcácer do Sal (Fig. 8) e dois de Tróia¹. A este tipo pode corresponder ainda uma lucerna da Quinta do Muro (Cacela, Algarve) que oferece as mesmas características dos exemplares produzidos a torno (SANTOS 1972: p. 201).

É provável que desde os trabalhos de Lerat (1954) e de Ponsich (1961), casos que contemplam este tipo de cerâmicas de iluminação, se tenham gerado algumas confusões sobre este tipo de lucernas. Não poucas vezes incluídas no tipo XIII de Loeschcke, as lucernas tardias produzidas a torno retomam as mesmas técnicas dos modelos helenísticos (ROMAN 2000: p. 100). A pouca atenção dedicada a estas peças, aliada à dificuldade de determinar a sua origem, impede considerações mais concretas. Ainda assim, não nos parece improvável que estes modelos meridionais se tenham inspirado nos protótipos de TSHT (MORILLO 1999: pp. 155-156; 2015: pp. 394-395) ou, em alternativa, ambos tenham sido influenciados pelos modelos que foram produzidos na área oriental do *limes* germânico (ROMAN 2000), originando dois modelos afins, mas independentes. Por outro lado, não é ainda claro quais as características dos originais importados, referindo-se pastas que variam entre o avermelhado e o acinzentado para os casos do Sudeste europeu (ROMAN 2000).

Com efeito, a concentração de exemplares produzidos mediante aquela técnica nas províncias orientais da Panónia (IVANYI 1935; ALRAM-STERN 1989; NEGRU 1996) e da Dácia (ROMAN 2000; 2008; GUDEA E COSMA 2008; PETRUT *et alii* 2014) obriga a considerar que a origem dos exemplares ocidentais esteja relacionada com as produções que têm sido documentadas naquelas áreas (ROMAN 2000: p. 100; PETRUT *et alii* 2014: p. 77). Todavia, além do desconhecimento que temos destas importações, já foi referido o facto de que não parece ter existido uma organização das *figlinae* que fabricaram este produto (PETRUT *et alii* 2014: p. 77), situação que está de acordo com o que foi mencionado para os modelos da série *finalampen* (HARRIS 1980: pp. 134-137). Aqueles autores esclarecem também que estes modelos, além de se afastarem dos congêneres produzidos na província da Germânia, estão frequentemente presentes em contextos militares (PETRUT *et alii* 2014: pp. 78-82), o que obriga a ponderar que as raras importações ocidentais possam ter sido transportadas por veteranos que se fixaram na parte ocidental do Império.

Estas formas integram sobretudo cerâmicas de iluminação de forma aberta e corpo mais ou menos elevado, características que já foram associadas a uma mudança na utilização do

1 Peças com os n.º de inv. 983.3.722 e 984.226.39. Informação obtida em [MatrizNet \(dgpc.pt\)](#), consultado a 17-05-2021.

combustível utilizado, nestes casos de origem animal (ELAIGNE 1996: *lampes à suif*; PETRUT *et alii* 2014: p. 77). Se esta situação parece ser, de facto, válida para os casos do Sudeste europeu, o mesmo não é aplicável ao Ocidente, onde estas peças são escassas, mantendo-se exclusivos os modelos fabricados em molde.

Como foi já referido, na área Dácia estas lucernas surgem em contextos do século II, perdurando até ao século IV (NEGRU 1996: pp. 76-77; ROMAN 2000: pp. 122-123; ECKARDT 2002: p. 33), considerando-se produções que responderam a mudanças funcionais e ao declínio dos modelos produzidos a molde (ROMAN 2000: pp. 123-124), tendo, inclusive, influenciado os modelos mais tardios e mais elaborados nessa parte do Império. Porém, no Ocidente este fenómeno foi condicionado pelos modelos tardo-antigos de produção africana, que inundam o mercado após um claro momento de crise das produções ocidentais (PEREIRA 2017: pp. 117-119).

3.2. ANÁLISE ICONOGRÁFICA

Tal como aconteceu para as formas, também os exemplares decorados representam uma pequena parte do conjunto, concretamente 20,1% do total. Assim, 36 NFR ostentam decorações ou porções dos relevos que compunham a ornamentação, que se distribuem, essencialmente, por cinco grupos iconográficos: o da religião e mito; o da vida quotidiana; o da fauna; o da flora e desenhos florais; e o das decorações geométricas. Para 11 fragmentos não foi possível averiguar o tipo de decoração, situação que, uma vez mais, atribuímos ao elevado estado de fragmentação do conjunto e à reduzida área decorada conservada. Destes, dois chamam a atenção por não ter sido possível estabelecer paralelos para os motivos estampados (Fig. 7, n.º 8 e 9), embora um deles apresente uma figura humana bastante conservada e completa, aparentemente segurando um objecto circular, talvez um instrumento musical ou uma coroa.

As decorações aplicadas nos ombros das lucernas totalizam 19 NFR e integram os grupos iconográficos da flora e desenhos florais (cinco NFR) e dos motivos geométricos (13 NFR). Trata-se de exemplares decorados com folhas de louro ou mirto (Fig. 6, n.º 16, fig. 7, n.º 1), cachos de uva (Fig. 6, 18 e 19), parras ou vides (Fig. 6, n.º 17), em relevo, bem demarcadas na superfície da peça e com espaçamentos mais ou menos amplos entre cada motivo (CASAS e SOLER 2006: p. 149, E1011, E733, E995, E1003 e E1001). Estas decorações parecem surgir com os primeiros modelos de lucernas com as orlas decoradas, é o caso dos tipos C e O de Bailey e B IV e D I de Bussièrre, aplicadas durante o último terço do século I e a primeira metade do século II. Outros léxicos foram estampados nas orlas, mais estilizados, como é o caso dos óvulos duplos (Fig. 6, n.º 12, 14 e 15) e dos perlados (Fig. 6, n.º 13, Fig. 7, n.º 3 e 4) (CASAS e SOLER 2006: p. 149, E735, E968, E696 e E1008). Embora aqueles possam surgir no registo ainda durante o final do século I d.C. e início da centúria seguinte, os perlados são maioritários a partir da viragem do II para o III século.

As decorações aplicadas no disco, concretamente 22 NFR, oferecem composições mais complexas. No grupo da religião e mito pudemos incluir três fragmentos, dois deles têm representações de Selene/Luna. Em um surge isoladamente (Fig. 9, n.º 1), estando o busto da divindade em frente do crescente lunar, de penteado simples e vestindo uma túnica que lhe cobre somente um ombro. Desta representação conhecem-se diversas variantes, umas com o crescente lunar na cabeça (MORILLO 1999: p. 180, n.º 23; CASAS e SOLER 2006: pp. 82-85, E194, E283), outras com uma quadripétala em frente (BELCHIOR 1969: Est. XVIII, n.º 2; ALARCÃO e PONTE 1994: p. 122, n.º 361.4), outras ainda com estrelas nos extremos do crescente lunar e cabelos mais longos (RIVET 2003: p. 83, n.º 291). Porém, este punção concreto parece ser mais raro nos conjuntos lychnológicos e, quando documentado, parece ser maioritário nas lucernas da série de volutas, motivo pelo qual deverá ser mais frequente durante a segunda metade do século I d.C. e primeiros decénios do seguinte.

Outro fragmento (Fig. 9, n.º 2), do qual restou uma pequena área da decoração, consente uma

interpretação relacionada com a presença de Sol Invicto e de Luna. O busto radiado de Sol está de frente, ligeiramente voltado para Luna, e na mão teria o globo, enquanto Luna está levemente voltada para o Sol Invicto, com um véu sobre a cabeça e portando uma tocha. Também este motivo não é frequente nos conjuntos de cerâmicas de iluminação, conhecendo-se poucos casos estampados em lucernas tardias da série de disco (BAILEY 1988: Q1704). Uma datação de segunda metade do século II e primeira do seguinte pode ajustar-se a esta matriz.

Neste grupo cabe ainda a eventual representação de Belerofonte (Fig. 9, n.º 3). Infelizmente o fragmento conserva somente a mão da divindade que segura um lâtego. A cena restante exibiria Belerofonte, vestido com traje de cocheiro e capacete, que puxa as rédeas de Pégaso. Esta iconografia é rara nos conjuntos lychnológicos e documenta-se sobretudo em lucernas da série de volutas (LÓPEZ 1981: pp. 107-108, n.º 52; BAILEY 1988: Q919; RIVET 2003: p. 98, n.º 427), situação que consente uma cronologia equivalente com os modelos evoluídos daquela série.

No grupo iconográfico das cenas de quotidiano pudemos incluir dois fragmentos, um com uma eventual representação erótica (Fig. 9, n.º 4) e outro com uma cena para a qual não foi possível encontrar paralelos (Fig. 6, n.º 16; Fig. 9, n.º 5). Daquela representação restou apenas parte do elemento masculino, concretamente o busto. A matriz, contudo, deveria representar o elemento masculino sentado sobre os pés, com a mão esquerda sobre a mulher, enquanto esta estava sentada sobre ele e inclinada para a frente. As representações eróticas foram bastante populares durante todo o alto-império, aplicadas em variados suportes e artefactos (MORILLO 1999: p. 223). Conquanto este fragmento seja de forma indeterminada, as características tecno-petrográficas são condicentes com as lucernas desse momento. De facto, esta representação específica pode ser encontrada quer em lucernas de volutas de tipo Loeschcke IV (DENEAUVE 1969: n.º 337; BUSSIÈRE 2012: p. 77, n.º 97 e 118), quer em lucernas de disco de tipo Bussière D II 1 / Deneauve VII A (BUSSIÈRE 2000: n.º 2188; BUSSIÈRE e RIVEL 2012).

Outro fragmento de lucerna, mais completo, ostenta uma representação para a qual não podemos encontrar paralelos. Todavia, parece bastante evidente tratar-se de uma representação de um *osculum*. A cena representa dois bustos, talvez de idade avançada, tendo-se conservado um na íntegra, que parecem abraçar-se e beijar-se. Do busto feminino conserva-se parte da boca, que se sobrepõe à do masculino. Conquanto esta representação pareça ser inédita nos conjuntos das cerâmicas de iluminação, já foi constatada na escultura e em baixos-relevos de época romana, como os que se recuperaram em *Tarsus*², possivelmente correspondentes a *oscilla*. A cena foi estampada numa lucerna de tipo Dressel-Lamboglia 28; Loeschcke VIII; Bussièrre D X 5, de pleno século III, o que permite enquadrar com relativa segurança este punção. Esta matriz insere-se numa fase de clara mudança do léxico iconográfico aplicado nas lucernas, de traços simples e aparência estilizada.

A fauna da época está representada em dois fragmentos. Em um deles é possível observar parte de um leão (Fig. 9, n.º 6), de perfil, voltado para a direita, com as patas dianteiras estiradas para a frente, como que em posição de corrida, sendo bem visível a juba. Este animal foi abundantemente reproduzido nos discos das lucernas romanas durante os primeiros cinco séculos após a viragem da Era, registando-se exemplares similares ao que aqui se apresenta (DENEAUVE 1969: p. 173, n.º 756; BERNAL 1993: p. 169, n.º 141 e 142). Embora a maioria seja equivalente na postura do animal, diferem na posição da cabeça, geralmente levemente voltada para o observador (MORILLO 1999: p. 228, n.º 110). Igualmente frequentes são as representações em que o animal está voltado para a esquerda, estando nestes casos de perfil (BAILEY 1965: p. 32, n.º 36; BERNAL 1993: p. 177, n.º 157; MORILLO 1999: pp. 228-229, n.º 111 e 112; RIVET 2003: pp. 102-103, n.º 484).

No restante fragmento intuímos a presença de parte da representação de um grilo, gafanhoto

2 Existem dois *oscilla* de *Tarsus*, um conservado no Louvre (n.º inv. Tarse 92.e *oscillum* - Louvre Collections) e o outro no British Museum (n.º inv. 1949.0608.9 https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1949-0608-9).

ou cigarra (Fig. 9, n.º 7), mas cuja classificação está comprometida pela reduzida dimensão do fragmento. Todavia, o relevo conservado pode corresponder à pata traseira de um insecto, que estaria voltado para a direita, correspondendo, eventualmente, à matriz em que o animal está a alimentar-se de folhagem (DENEAUVE 1969: n.º 526; BAILEY 1988: Q1087; MORILLO 1999: p. 243, n.º 154; RIVET 2003: p. 106, n.º 528). Atendendo à morfologia das lucernas em que esta representação é frequente, correspondendo à série de volutas, é válida uma datação balizada na primeira centúria após a viragem da Era para este punção (MORILLO 1999: p. 243) que, como já foi sublinhado, demonstra a perícia, conhecimento e detalhada execução do mundo natural (MORILLO 1992: p. 135).

O grupo da flora e desenhos florais está representado por três fragmentos, correspondentes a coroas vegetalistas. Destes, um conserva parte de uma coroa de louro (Fig. 6, n.º 15) composta por folhas que formam uma densa circunferência no disco da lucerna, frequente nos modelos mais tardios da série de disco. Outro fragmento ostenta parte de uma coroa idêntica (fig. 9, n.º 8), mas que agora é mais aberta, encimada por um nó que fecha a circunferência e, na parte oposta, a haste está torcida, punção que é abundante nos tipos da série de volutas. Outro fragmento conserva parte de uma coroa de hera (Fig. 9, n.º 9), de folhagem densa e bem entrelaçada.

Somente um fragmento ostenta decoração geométrica no disco (Fig. 9, n.º 10), correspondendo provavelmente a uma banda raiada constituída por linhas em relevo. Porém, uma vez mais devemos admitir que a reduzida dimensão do fragmento não consente uma proposta categórica.

3.3. A EPIGRAFIA

Este conjunto permite ainda algumas considerações sobre as marcas e contramarcas (seis casos). Porém, sobre esta (Fig. 9, n.º 11) não podemos adiantar mais do que tratar-se de um relevo em forma de “V”, aplicado na parede do depósito da lucerna.

Os restantes cinco fragmentos integram a categoria dos símbolos anepígrafos e das marcas de oleiro, uma delas ilegível por se conservar somente parte da última letra (fig. 9, n.º 12). Duas lucernas conservam marcas anepígrafas e ambas integram o tipo Riotinto-Aljustrel (Fig. 5, n.º 2 e 8). Uma delas ostenta uma folha de palma invertida ocupando a totalidade do fundo (Fig. 5, n.º 2), ou talvez uma espiga, com um óvulo na base do caule. Este motivo é frequente em lucernas deste tipo, situação que já alentou sugerir tratar-se de uma produção concreta do Sudoeste peninsular, que utilizou este motivo para identificar os seus productos durante o século II e o início do século III d.C. (PEREIRA 2018: p. 156, Fig. 61, n.º 10 e 11), área onde está exclusivamente documentada (LÓPEZ 1981; DELGADO 2014).

Outro fragmento do mesmo tipo (Fig. 5, n.º 8) ostenta parte de uma marca composta por quatro meias-luas, que formam um cruciforme em redor de um círculo em negativo. Também esta marca é exclusiva deste modelo concreto, estando documentada até ao momento em Sevilha (LÓPEZ 1981: pp. 104-105, n.º 16a). Uma vez que a base da lucerna está fracturada, não podemos excluir que possa corresponder a uma marca idêntica à que foi encontrada na necrópole olisiponense (VIEIRA 2011: p. 98, Est. I, n.º 1) e atribuída às olarias da capital da Lusitânia, mas cujos paralelos apresentados devem ser relacionados com o oleiro GES que aí laborou (RODRÍGUEZ 2002: p. 193, n.º 139; 2005: p. 279).

Somente dois fragmentos permitem constatar a presença efectiva de marcas nominais. Destes, uma conserva os dois caracteres iniciais e parte do terceiro (Fig. 9, n.º 13), parecendo provável corresponder à marca do oleiro *Caius Clodius Successus* (CCLOSUC). Os produtos deste oleiro estão bastante disseminados pelo Império, sobretudo na Península Itálica e no Norte de África (DENEAUVE 1969: p. 88), motivo que alentou a proposta de que tenha laborado naquela área, mas tendo uma sucursal africana (BAILEY 1980: p. 94). Apesar disso, nota-se uma maior concentração nos grandes centros urbanos, o que pode ser sintoma da sua maior procura nas grandes cidades,

registada em lucernas da série de volutas e nos modelos iniciais da série de disco. Assim, uma cronologia balizada entre meados do século I e meados da centúria seguinte parece ajustar-se a esta sigla. Na Hispânia também está documentada (LÓPEZ 1981: p. 107, n.º 45; MORAIS 2005: p. 363, n.º 1).

Finalmente, o restante fragmento (Fig. 9, n.º 14) é de difícil identificação. A marca conserva somente uma lúnula ou semicírculo que encimava a marca nominal e que poderia repetir-se na base da mesma. Este pormenor é frequente nos selos de GABINIA (RODRÍGUEZ 2002: pp. 160-161, n.º 21 e 22), que por vezes pode ser um círculo completo (RODRÍGUEZ 2003: pp. 213-214), mas também pode surgir nos produtos firmados por *Caius Oppius Restitutus* (BERNAL 1993: p. 221, n.º 247) ou por AVGENDI (BAILEY 1988: Q1698; BERNAL 1993: Fig. 6), ainda que neste caso, sendo uma firma mais tardia, surge sobretudo em peças de tipo Bussiére D X 10 com pé anelar, o que claramente não é o caso.

4. SOBRE O CONJUNTO E O SÍTIO: REFLEXÕES

Com a análise deste conjunto reforça-se a cronologia que havia sido antes avançada para a ocupação romana nesta área da cidade de Faro. De facto, parece que estratigrafia (embora bastante afectada pelas ocupações posteriores), vestígios arqueológicos e cultura material se perfilam harmoniosamente para determinar com mais rigor a cronologia e quotidiano daquela parte da cidade romana de *Ossonoba*.

Morfológicamente, o conjunto é bastante diversificado, ficando bem patente a presença assídua das peças mais frequentes durante as três primeiras centúrias após a viragem da Era. No entanto, estão igualmente presentes formas excepcionais que somente foram reconhecidas em parques sítios peninsulares, é o caso da lucerna oriental e da produzida a torno, de corpo circular. Tal como acontece em outros sítios, durante a Antiguidade Tardia as áreas suburbanas foram vítimas da redução demográfica a que se assistiu nas urbes mas, ainda assim, tendo-se registado alguns fragmentos de lucernas da série tardo-antiga de produção africana. Com estes dados verificamos que a maioria do conjunto está de acordo com o que foi conseguido através do estudo da *terra sigillata*, destacando-se uma ocupação mais intensa entre meados do século I e final do III/início do IV.

O conjunto destaca também pelos resultados da análise tecno-petrográfica e iconográfica. Se, por um lado, se registaram as mesmas origens que já foram detectadas em outros conjuntos da região (sobretudo bética e norte africana), não podemos deixar de destacar a presença de algumas peças que acusam proveniências atípicas ou mesmo exóticas. Com efeito, nem as produções emeritenses são frequentes na região do Algarve, área que estava dominada pelos produtos da província da Bética, nem as produções orientais correspondem a produtos que foram adquiridos de forma regular. Merece igualmente destaque a existência de peças que correspondem a imitações hispânicas de lucernas geralmente importadas, como parece ser o caso de um exemplar da série tardo-antiga de produção africana.

Neste âmbito devemos ainda mencionar uma peça que tem suscitado bastantes dúvidas, quer sobre a forma quer sobre a produção e origem. Trata-se de um fragmento mesial inferior de uma lucerna (Fig. 10), com características que permite equacionar tratar-se de uma sobremoldagem. No entanto, a peça parece estar inacabada, já que conserva as rebarbas resultantes da moldagem da argila e não aparenta ter vestígios de combustão no bico. Este poderia ser o primeiro indício de uma eventual produção lychnológica no Algarve, porém, as características da pasta são ainda pouco esclarecedoras, motivo pelo qual de momento preferimos ser cautos.

A mesma irregularidade foi também constatada nos punções que foram estampados nos discos destas lucernas. Sendo certo que o conjunto oferece geralmente iconografias parciais, foi possível notar a presença de léxicos pouco frequentes (e até inéditos). Sirva de exemplo o caso da

representação de Sol Invicto e de Luna ou a da representação de um *osculum*, representações que, ainda assim, estão bastante completas e não oferecem grandes dvidas.

Se a esta situação somarmos a que foi antes mencionada acerca das formas, estamos perante um conjunto cujos utilizadores recorreram com frequência a produtos pouco frequentes e únicos. Por outro lado, isso revela que estas peças foram adquiridas para ser vistas e exibidas, algo que pode estar em relação com a própria interpretação sugerida para esta zona concreta da cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Adlia; PONTE, Salete (1994), *Museu Monográfico de Conimbriga, Colecções, Catálogo*, Lisboa, Instituto Português de Museus.
- ALARCÃO, Jorge de (1966): O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel), *Conimbriga*, 5, Coimbra, Universidade, pp. 1-6.
- ALMEIDA, José Ferreira de (1953), *Introdução ao estudo das lucernas em Portugal*, Lisboa, Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.
- ALRAM-STERN, Eva (1989), *Die rmischen Lampen aus Carnuntum*, Der rmische Limes in sterreich 35, Wien, Verlag der sterreichischen Akademie der Wissenschaften.
- AMAR TAFALLA, Maria Teresa (1987), Lucernas en *terra sigillata* hispnica, in *XVIII Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, Secretaría General de los Congresos Arqueolgicos Nacionales, pp. 797-803.
- AMAR TAFALLA, Maria Teresa (1988-89), Notas sobre un posible taller de lucernas romanas en Córdoba, *Ifigea* V-VI, Córdoba, Universidad, pp. 103-115.
- AMAR TAFALLA, Maria Teresa; AGUAROD OTAL, Carmen (1987), Un alfar romano de cermica engobada, común y lucernas en Tarazona (Zaragoza), in *XVIII Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, pp. 841-867.
- AMAR TAFALLA, Maria Teresa; BONA LÓPEZ, Ignacio; BORQUE RAMÓN, José (1983), Avance al estudio de un posible alfar romano de Tarazona: I, las lucernas, *Turiaso* IV, Zaragoza, Universidad, pp. 93-110.
- AMO, Mariano del (1976), *Restos materiales de la población romana de Onuba*, Huelva Arqueológica II, Huelva, Diputación.
- ANDRADE, Ruy; FERREIRA, Otvio da Veiga; VIANA, Abel (1957): "Necrpole cltico-romana de Aljustrel", Separata do Tomo VIII das publicaes do *XXIII Congresso Luso-Espanhol*, Coimbra, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciencias.
- ANSELMINO, Lucilla (1983), A proposito delle lucerne romane di Cartagine, *Opus* 2(1), pp. 31-39.
- ARBOLEDAS MARTÍNEZ, Luis (2007), *Minera y metalurgia romana en el alto Guadalquivir: aproximación desde las fuentes y el registro arqueológico*, Tese de Doutoramento em arqueologia, Universidade de Granada.
- ARRUDA, Ana Margarida, BARGO, Patrícia; SOUSA, Elisa (2005), A ocupação pr-romana de Faro: alguns dados novos, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8, Lisboa, DGPC, pp. 177-208.
- BAILEY, Donald (1965), Lamps in the Victoria and Albert Museum, *Opuscula Atheniensia*, Lund, C.W.K. Gleerup, pp. 1-83
- BAILEY, Donald (1980), *A Catalogue of the Lamps in the British Museum, II. Roman Lamps made in Italy*, Londres, British Museum.
- BAILEY, Donald (1988), *A Catalogue of the Lamps in the British Museum, III. Roman Provincial*

Lamps, Londres, British Museum.

- BALIL ILLANA, Alberto (1980), *Estudios sobre lucernas romanas II*, Studia Archaeologica 62, Valladolid, Universidad.
- BARADEZ, Jean (1969), Nécropole orientale côtière de Tipasa de Maurétanie, *Antiquités Africaines* 3, Paris, CNRS, pp. 83-113.
- BELCHIOR, Claudette (1969), *Lucernas romanas de Conimbriga*, Coimbra, Museu Monográfico de Conímbriga.
- BELCHIOR, Claudette (1970), Duas notas sobre lucernas da necropole romana de Valdoca (Aljustrel), *Conimbriga*, IX, Coimbra, Universidade, pp. 75-79.
- BERGES, Gabrielle (1989), *Les lamps de Montans (Tam). Une production céramique del I^{er} et II^{eme} Siècle ap. J.C.*, Documents d'Archéologie Française 21, Paris, Maison des Sciences de l'Homme.
- BERNAL CASASOLA, Darío (1993), *Lucernae Tarraconenses: las lámparas romanas de Museu Nacional Arqueològic y del Museu i Necròpolis Paleocristians*, in Butlletí Arqueològic, V(15), Tarragona, pp. 59-289.
- BERNAL CASASOLA, Darío; GARCÍA GIMÉNEZ, Rosario (1995), Talleres de lucernas en Colonia Patricia Corduba en época bajoimperial: evidencias arqueológicas y primeros resultados de la caracterización geoquímica de las pastas, *Anales de Arqueología Cordobesa*, 6, Córdoba, Universidad, pp. 175-216.
- BERNARDES, João Pedro (2011), A Cidade de Ossonoba e o Seu Território, *Anais do Município de Faro*, XXXVII, Faro, Câmara Municipal, pp. 11-26.
- BERNARDES, João Pedro (2014), *Ossonoba e o seu território: as transformações de uma cidade portuária do sul da Lusitânia*, in VAQUERIZO GIL, Desiderio; GARRIGUET MATA, José; LEÓN MUÑOZ, Alberto (coord.), *Ciudad y territorio: transformaciones materiales e ideológicas entre la época clásica y el Altomedioevo*, Monografías de Arqueología Cordobesa 20, **Córdoba**, Universidad, pp. 355-366.
- BERNARDES, João Pedro; FERNÁNDEZ SUTILO, Lucia; CAMPOS CARRASCO, Juan; PEREIRA, Carlos (2014), El mundo funerario del extremo suroccidental de Hispania a través de dos ciudades: Ossonoba versus Onoba, *Onoba*, 2, Huelva, Universidad, pp. 127-127.
- BERNARDES, João Pedro; BOTELHO, Paulo, MARTINS, Ana, SANTOS, Fernando (2020), 3.17 *Ossonoba* (Faro, Portugal), in PIZZO, Antonio (ed.) *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania Romana*, Mytra 6, Mérida, CSIC-Junta de Extremadura, pp. 227-232.
- BISI, Anna Maria (1977), Le lucerne fittili dei nuovi scavi di Ercolano. L'Instrumentum domesticum di Erculano e Pompei nella prima età imperiale, *Quaderni di Cultura Materiale*, 1, Roma, L'Erma di Bretschneider, pp. 73-104.
- BRONEER, Oscar (1930), *Terracotta Lamps, Corinth IV*, II, Cambridge, University press.
- BUSSIÈRE, Jean (2000), *Lampes antiques d'Algérie*, Monographies Instrumentum 16, Montagnac, Éditions Monique Mergoil.
- BUSSIÈRE, Jean (2012), Production et circulation des lampes tardives d'Algérie, in CHRZANOVSKI, Laurent (dir.), *Le luminaire antique. Lychnological Acts* 3, Montagnac, Éditions Monique Mergoil, pp. 55-67
- BUSSIÈRE, Jean; WOHL, Birgitta (2017), *Ancient lamps in the J. Paul Getty Museum*, Los Angeles, Getty Publications.
- BUSSIÈRE, Jean; RIVEL, Jean-Claude (2012), *Lampes antiques de Méditerranée. La collection Rivel*, BAR S-2428, Oxford, Archaeopress.

- CAETANO, Carlos (2005), Esculturas de pequeno formato na vida familiar. Bronzes e terracotas, in CAETANO, Joaquim Oliveira; NOGALES BASARRATE, Trinidad (eds.), *Imagens e Mensagens: Escultura Romana do Museu de vora*, Catálogo de exposição, Lisboa/Évora, Instituto Portugués de Museus/Museu de Évora, pp. 97-107.
- CAMPOS CARRASCO, Juan; PÉREZ MACÍAS, Aurelio; VIDAL TERUEL, Nuria (2004), Alfares y producciones cermicas en la provincia de Huelva. Balance y perspectivas, in LAGSTENA BARRIOS, Lázaro; BERNAL CASASOLA, Darío (eds.), *Talleres alfareros y producciones cermicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*, BAR International series 1266, Oxford, Archaeopress, pp. 125-160.
- CASAS I GENOVER, Josep; SOLER-FUSTÉ, Victoria (2006), *Lucernas romanas en el extremo nordeste de la Península Ibérica*, BAR International Series 1567, Oxford, Archaeopress.
- DELGADO DOMÍNGUEZ, Aquilino (2014), *Lucernae Uriensia*, la colección lychnológica de Riotinto (Huelva, España), *Cadernos do Museu da Lucerna I*, Castro Verde, Museu, pp. 44-99.
- DENEAUVE, Jean (1969), *Lampes de Carthage*, Paris, CNRS.
- DOBBINS, John (1977), *Terracotta Lamps of the Roman Province of Syria*, Ph.D. diss. Univ. of Michigan, Ann Arbor.
- DRESSEL, Heinrich (1899), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, XV, 2, pl. 3, Berlin.
- ECKARDT, Hella (2002), *Illuminating Roman Britain*, Monographies Instrumentum 23, Montagnac, ditions Monique Mergoil.
- ELAIGNE, Sandrine (1996), lments pour une nouvelle interprétation des «lampes  suif» (type Loeschcke XIII), in *Actes du Congrs de Dijon*, Marseille, S.F.E.C.A.G., pp. 461-465.
- FIGUEIREDO, Maria Elisabeth (1974-1977), Lucernas romanas de Alcácer do Sal, *O Arqueólogo Português*, 3.ª Série, VII-IX, Lisboa, DGPC, pp. 347-354.
- GAMITO, Teresa Júdice (1992), Cemitério romano do século II/III – Faro, Rua das Alcaçarias, *Cominbriga*, 31, Coimbra, Universidade, pp. 99-118.
- GAMITO, Teresa Júdice; MAIA, Maria (1976), Um prato da oficina de CN ATEIVS achado em Faro, *Separata dos Anais do Município de Faro* 6, Faro, Câmara Municipal.
- GARCIA GIMÉNEZ, Rosario, BERNAL CASASOLA, Daro; MORILLO CERDN, ngel (1999), Consideraciones sobre los centros productores de lucernas tipo Andújar: análisis arqueomtrico de materiales procedentes de los Villares de Andújar (Jaén) y de la Submeseta Norte, in CAPEL MARTÍNEZ, Josefa (eds.), *Arqueología y Arqueometría. Segunda Reunión de Arqueometría. Primer Congreso Nacional*, Granada, Universidad, pp. 187-196.
- GARCÍA MERINO, Carmen (1975), Nueva necrpolis tardorromana en la provincia de Valladolid. El conjunto arqueológico de Castrobol, *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, XL-XLI, Valladolid, Universidad, pp. 522-545.
- GARNETT, Karen (1975), Late Roman Corinthian Lamps from the Fountain of the Lamps, *Hesperia*, 44(2), Atenas, American School of Classical Studies at Athens, pp. 173-206
- GOETHERT-POLASCHEK, Karin (1985), *Katalog der rmischen Lampen des Rheinischen Landesmuseum Trier: Bildlampen und Sonderformen*, Trier Grabungen und Forschungen XV, Mainz, Philipp von Zabern.
- GRANADOS GARCIA, José Oriol; MANERA, Esperanza (1980): Lucernas romanas de la colonia Barcino, I: lucernas procedentes de la Plaza del Rey y Casa Padells (excavaciones de 1931-35), *Quaderns d'Arqueologia i Histria de la Ciutat*, XVIII, Barcelona, Ayuntamiento/Museo d'Historia, pp. 51-68.
- GUDEA, Nicolae; COSMA, Clin (2008), “Die Lampen aus dem Romerkastell von Buciumi (Dacia

- Porolissensis)", in ROMAN, Cristian-Aurel; GUDEA, Nicolae (eds.), *Lychnological Acts 2*, Patrimonium Archaeologicum Transylvanicum 2, Cluj-Napoca, pp. 117-128.
- HARRIS, William (1980), Roman Terracotta Lamps: The Organization of an Industry, *Journal of Roman Studies*, LXX, Cambridge, University press, pp. 126-145.
- HAYES, John (1972), *Late Roman Pottery*, London, The British School at Rome.
- HAYES, John (1980), *Ancient Lamps in the Royal Ontario Museum: I, Greek and Roman Clay Lamps*, Toronto, Royal Ontario Museum.
- HERNÁNDEZ PARDOS, Antonio (2015), Producción y consumo cerámico en "Caesar Augusta" en la segunda mitad del siglo I d. E., según la estratigrafía de c/ Casta Álvarez 103 de Zaragoza, *Ex Officina Hispana: Cuadernos de la SECAH*, 2(2), Madrid, La Ergástula, pp. 461-474.
- IVANYI, Dóra (1935), *Die Pannonischen Lampen. Eine typologisch- chronologische Übersicht*, Dissertationes Pannonicae 2, vol. 2, Budapest.
- LAMBOGLIA, Nino; BELTRÁN MARTÍNEZ, Antonio (1952), Apuntes sobre cronología cerámica, *Caesaraugusta*, 3, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, pp. 87-89.
- LEIBUNDGUT, Annalis (1977), *Die Römischen Lampen in der Schweiz*, Berna, Francke Verlag.
- LERAT, Lucien (1954), *Catalogue des Collections Archéologiques de Besançon. I: les lampes antiques*, Annales Littéraires 2, Besançon, Université.
- LOESCHCKE, Siegfried (1919), *Lampen aus Vindonissa. Ein Beitrag zur geschichte von Vindonissa und des antiken Beleuchtungswesen*, Zurich, Kommission bei Beer & cie.
- LÓPEZ RODRÍGUEZ, José (1981), La colección de lucernas de la casa de la Condesa de Lebrija (Sevilla), *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, 47, Valladolid, Universidad, pp. 95-140.
- LÓPEZ RODRÍGUEZ, José (1982), Cuatro lucernas hispanorromanas, in *Homenaje a Conchita Fernández Chicarro*, Madrid, Ministerio de Cultura, pp. 379-390.
- LUZÓN NOGUÉ, José Maria (1967), Lucernas mineras de Riotinto, *Archivo Español de Arqueología*, 40, Madrid, Universidad Complutense, pp. 138-150.
- MAIA, Maria (2004), *Relatório preliminar das sondagens arqueológicas realizadas no terreno da Rua Infante D. Henrique nº 58 - 60*, Faro, Tavira, Associação do Campo Arqueológico de Tavira.
- MALAGOLI, Claude (2016), *Les lampes en terre cuite du Centre-Est de la Gaule (Ier siècle Av. J.-C.-Ive siècle apr. J.-C.). Production, diffusion et consommation*, Tese de Doutoramento em Arqueologia, Université de Franche-Comté, Besançon.
- MARTINS, Ana (2019), *Contributo para o estudo da cidade romana de Ossonoba: A terra sigillata de Rua Infante D. Henrique n.º 58-60*, Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora.
- MARTINS, Manuela; DELGADO, Manuela (1989-90), As necrópoles de *Bracara Augusta*, Os dados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7, Braga, Universidade do Minho, pp. 41-186.
- MAYET, Françoise (1984), *Les céramiques sigillées hispaniques: Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain*, I, Paris, Diffusion de Bocard.
- MEZQUÍRIZ DE CATALÁN, Maria Ángeles (1985), Terra Sigillata Hispanica, in *Atlante delle forme ceramiche II: Ceramica fina romana nel bacino mediterraneo (Tardo Ellenismo e Primo Impero)*, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, pp. 97-174.
- MORAIS, Rui (2004), Um caso único em marcas de lucernas – uma *fligina* em *Bracara Augusta*

- documentada pela oficina de *Lucretius, Conimbriga*, 42, Coimbra, Universidade, pp. 227-240.
- MORAIS, Rui (2005), *Autarcia e comércio em Bracara Augusta: contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*, Braga, Universidade do Minho.
- MORAIS, Rui (2011), *A coleco de lucernas romanas do Museu de Évora*, Coimbra, Universidade.
- MORENO JIMÉNEZ, Francisca (1991), *Lucernas romanas de la Bética*, Madrid.
- MORILLO CERDN, Ángel (1992), *Cermica romana de Herrera de Pisuerga (Palencia, España): las lucernas*, Santiago do Chile, Universidad Internacional SEK.
- MORILLO CERDN, ngel (1999), *Lucernas romanas en la región septentrional de la Península Ibérica*, Monographies Instrumentum 8/2, Montagnac, ditions Monique Mergoil.
- MORILLO CERDN, ngel (2015), Lucernas romanas en Hispania: entre lo utilitario y lo simbólico, in FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDN, ngel; ZARZALEJOS PRIETO, Maria (eds.), *Manual de cermica romana II. Cermicas romanas de época altoimperial en Hispania. Importación y producción*, Madrid, Museo Arqueológico de la comunidad de Madrid/Colegio de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias de la Comunidad de Madrid, pp. 321-428.
- MORILLO CERDN, ngel; RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (2008), Lucernas hispanorromanas, in BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA i LACOMBA, Albert (eds.), *Cermicas hispanorromanas: Un estado de la cuestión*, Cádiz, Universidad, pp. 291-312.
- NEGRU, Mircea (1996), Some Aspects of the Lamps Discovered in the Roman Forts of Muntenia, in ZABEHLICKY-SCHEFFENEGGER, Susanne (eds.), *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 33, Abingdon, pp. 75-78.
- NIETO, Javier; JOVER, Anna; IZQUIERDO, Pere; PUIG, Ana Maria; ALAMINOS, Antonia; MARTÍN, Albert; PUJOL, Marcel; PALOU, Hug; COLOMER, Sergi (1989), *Excavacions arqueológicas subaquàtiques a Cala Culip, I*, Girona, Centre d'Investigacions Arqueològiques.
- OIKONOMOU, Anastasia (1988), Lampes palochrtiennes d'Argos, *Bulletin de correspondance hellnique*, CXII, Paris, cole Française d'Athnes, pp. 481-502.
- OLCINA, Manuel; REGINALD, Helena; SANCHZ, Maria José (1990), *Tossal de Manises (Albufereta, Alicante). Fondos antiguos: lucernas y sigillatas*, Catálogo de fondos del Museo Arqueológico III, Alicante, Museo.
- PAVOLINI, Carlo; ANSELMINO, Lucilla (1981), Terra sigillata. Lucerne, in *Atlante delle forme ceramiche I. Ceramica fina romana nel bacino mediterraneo (Medio e Tardo Impero)*, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, pp. 184-208.
- PEREIRA, Carlos (2012), As Lucernas romanas de Ossoyoba. Um conjunto ambíguo, *Habis*, 43, Sevilla, Universidad, pp. 119-147.
- PEREIRA, Carlos (2013), Lucernas romanas de Alcácer do Sal. Entre a prática e o sagrado, *Al-Madan* 17, Tomo 2, Adenda electrónica, Almada, Centro de Arqueologia, pp. 13-28. <http://hdl.handle.net/10451/10877>
- PEREIRA, Carlos (2014), *Roman lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)*, BAR International Series 2627, Oxford, Archaeopress.
- PEREIRA, Carlos (2017), Produção e comércio de lucernas durante a Antiguidade Tardia: gnese e evolução das lucernas tardo-antigas de produção africana, *Ophiussa*, 1, Lisboa, UNIARQ, pp. 105-121.
- PEREIRA, Carlos (2018), *As necrópoles Romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo Sul da Lusitânia*, Suplemento 9 d'O Arqueologo Português, Lisboa, Imprensa

Nacional, Casa da Moeda/Museu Nacional e Arqueologia.

- PEREIRA, Carlos (2021), Roman lamps in the far Western Mediterranean as evidence of cultural adoptions: between originality and (re)productions, *OTIVM: Archeologia e Cultura del Mondo Antico*, 10, Cagliari, Università, Article 5.
- PEREIRA, Carlos; ARRUDA, Ana Margarida (2016), As lucernas romanas do Monte Molião (Lagos, Portugal), *SPAL*, 25, Sevilla, Universidad, pp. 149-181.
- PEREIRA, Carlos; PIMENTA, João; MENDES, Henrique (2021), “As lucernas romanas alto-imperiais de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal)”, *Oppidum, Cuadernos de Investigación*, 17, Segóvia, IE Universidad, pp. 117-148.
- PETRUT, Dávid; GUI, Monica; TRINCĂ, Horea (2014), Lighting Roman Military Barracks. An Interdisciplinary Approach Based on Evidence from Dacia, *Archaeologia Bulgarica*, XVIII(3), Sofia, University, pp. 65-92.
- PONSICH, Michel (1961), *Les lampes romaines en terre cuite de la Maurétania Tingitane*, Antiquités du Maroc 15, Rabat, Service des Antiquités du Maroc.
- PROVOOST, Arnold (1976), Les lampes antiques en terre-cuite. Introduction et essai de typologie générale avec des détails concernant les lampes trouvées en Italie, *L'Antiquité Classique*, XLV, Bruxelles, pp. 5-39 e 550-586.
- QUARESMA, José Carlos (2012), *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano: terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga?)*, Estudos e Memórias 4, Lisboa, UNIARQ.
- RADDATZ, Klaus (1973), *Mulva I*, Madrider Beitrage 2, Mainz, Reichert Verlag.
- RIBEIRO, José Cardim (2015), Algumas considerações sobre *L. Iulius Reburinus olisiponensis* (CIL I 38) e sobre as lucernas «mineiras» com a marca L.I.R., *Cadernos do Museu da Lucerna I*, Castro Verde, Museu, pp. 145-184.
- RIVET, Lucien (2003), *Lampes antiques du Golfe de Fos*, Aix-en-Provence, Musée d'Istres/Édisud.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (1996), *Materiales de un alfar emeritense: paredes finas, lucernas, sigillatas y terracotas*, Cuadernos Emeritenses 11, Mérida, MNAR.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (2002), *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)*, Monografías Emeritenses 7, Mérida, MNAR.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (2003), Las lucernas romanas de la villa de Torre Águila: las marcas de alfarero, in CHRZANOVSKI, Laurent (eds.), *Nouveautés Lychnologiques*, Sierre, LychnoServices, pp. 211-222.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, Germán (2005), Lucernas, in *Antigüedades romanas II. Madrid: Real Academia de la Historia*, Catalogo del Gabinete de Antigüedades, Madrid.
- ROMAN, Cristian (2000), Wheelmade lamps of Roman Dacia, *Acta Musei Napocensis*, 37(1), Napoca, Muzeul National de Istorie a Transilvaniei, pp. 99-140.
- ROMAN, Cristian (2008), *Lamps from Dacia Porolissensis I. The Roman Forts from Porolissum-Moigrad, Buciumi, Gilău, Samum-Cășei*, Bibliotheca Musei Porolissensis 7, Zalău.
- ROSA, José Pinheiro e (1984): “Estamos em Ossónoba?” Comunicação ao IV Congresso Nacional de Arqueologia, *Anais do Município de Faro*, XIV, Faro, Câmara Municipal, pp. 149-156.
- SALOMONSON, Jan Willem (1969), Spätrömische rote Tonware mit Reliefverzierung aus Nordafrikanischen Werkstätten, Entwicklungsgeschichtliche Untersuchungen zur reliefgeschmitten Terra Sigillata Chiara “C”, *Bulletin van de vereeniging tot bevordering der kennis van de antike Beschairing*, XLIV, Utrecht, Uitgeversmaatschappij W. de Haan, pp. 4-109.

- SANTOS, Maria Luisa dos (1971, 1972), *Arqueologia Romana do Algarve*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos portugueses, Vol. I e II.
- SZENTLELEKY, Tihamér (1969), *Ancient Lamps, Mèlanges d'Archéologie et d'Histoire*, Vol. I, Budapest.
- TEICHNER, Félix; SCHIERL, Thomas; GONÇALVES, Ana; TAVARES, Paula (2007), Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga e as necrópoles romanas de Ossonoba (Faro), *Xelb* 7, Silves, Câmara Municipal, pp. 159-178.
- VÁZQUEZ PAZ, Jacobo (2012), Producción de lucernas altoimperiales en Hispalis: el taller de la Plaza de la Encarnación de Sevilla, in BERNAL CASASOLA, Darío; RIBERA i LACOMBA, Albert (eds.), *Cerámicas hispanorromanas II: Producciones regionales*, Cádiz, Universidad, pp. 309-323.
- VIANA, Abel; RIBEIRO, Fernando Nunes (1957), Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo-Alentejo, *Arquivo de Beja*, XIII, Beja, pp. 16-31.
- VIEGAS, Catarina (2011), *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*, Estudos e Memórias 3, Lisboa, UNIARQ.
- VIEIRA, Vasco (2011), *As lucernas romanas da Praça da Figueira (Lisboa): contributo para o conhecimento de Olisipo*, Tese de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

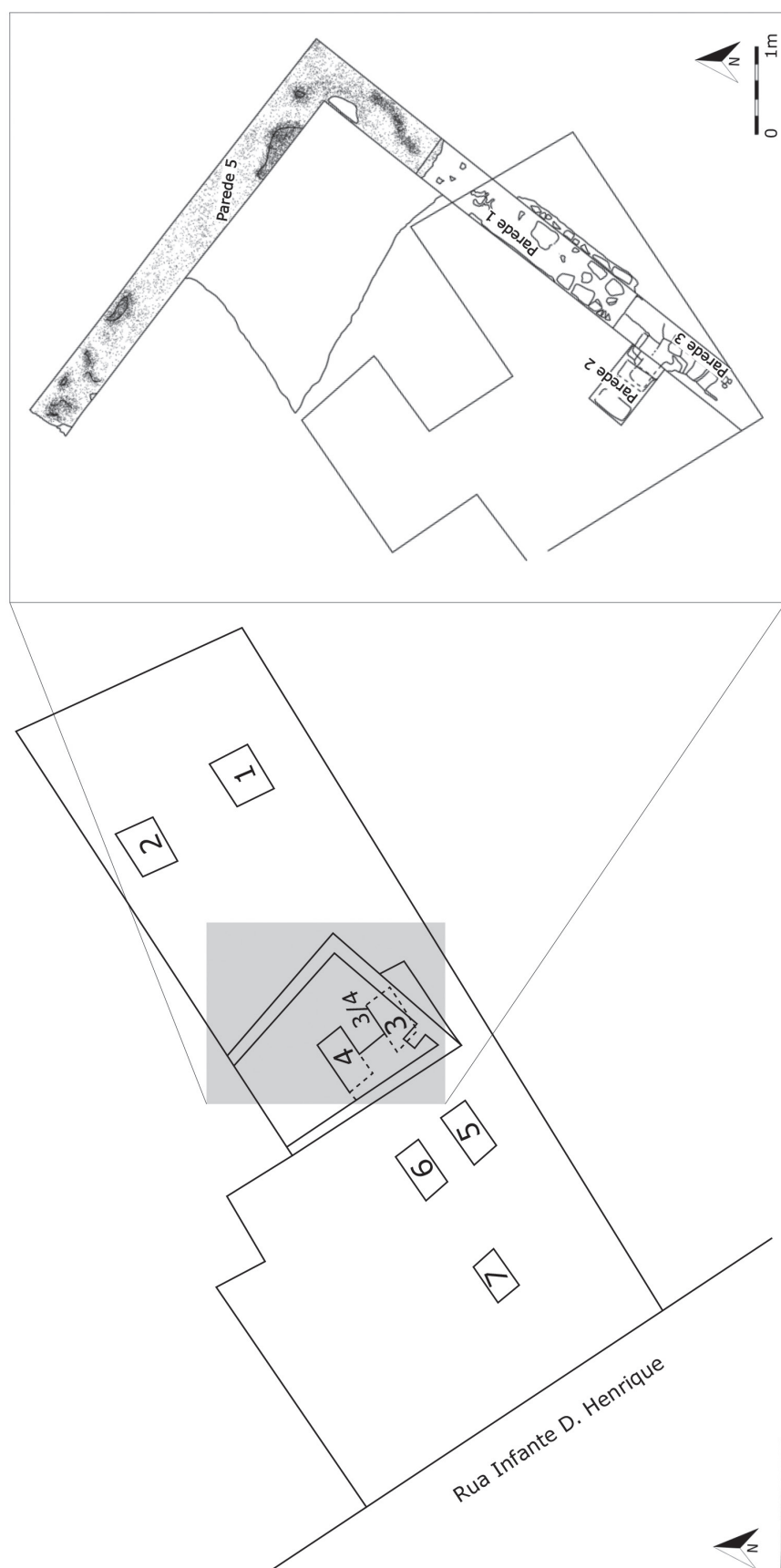


Fig. 1: Planta da escavação e pormenor das estruturas romanas com a implantação das valas 3 e 4 e da área aberta entre ambas (adaptado de MAIA 2004).



Fig. 2: Reconstituição do urbanismo de Ossonoba (segundo BERNARDES 2014, BERNARDES *et alii* 2014; MARTINS 2019 (Base cartográfica da CMF)).

Séries identificadas	Quantidade
Volutas	46
Disco	40
Tardo-antiga de produção africana	1
Orientais	1
Produzidas a torno	1
Série indeterminada	91
Total	180

Fig. 3: Quadro com as quantificações de NFR por cada série de lucernas.

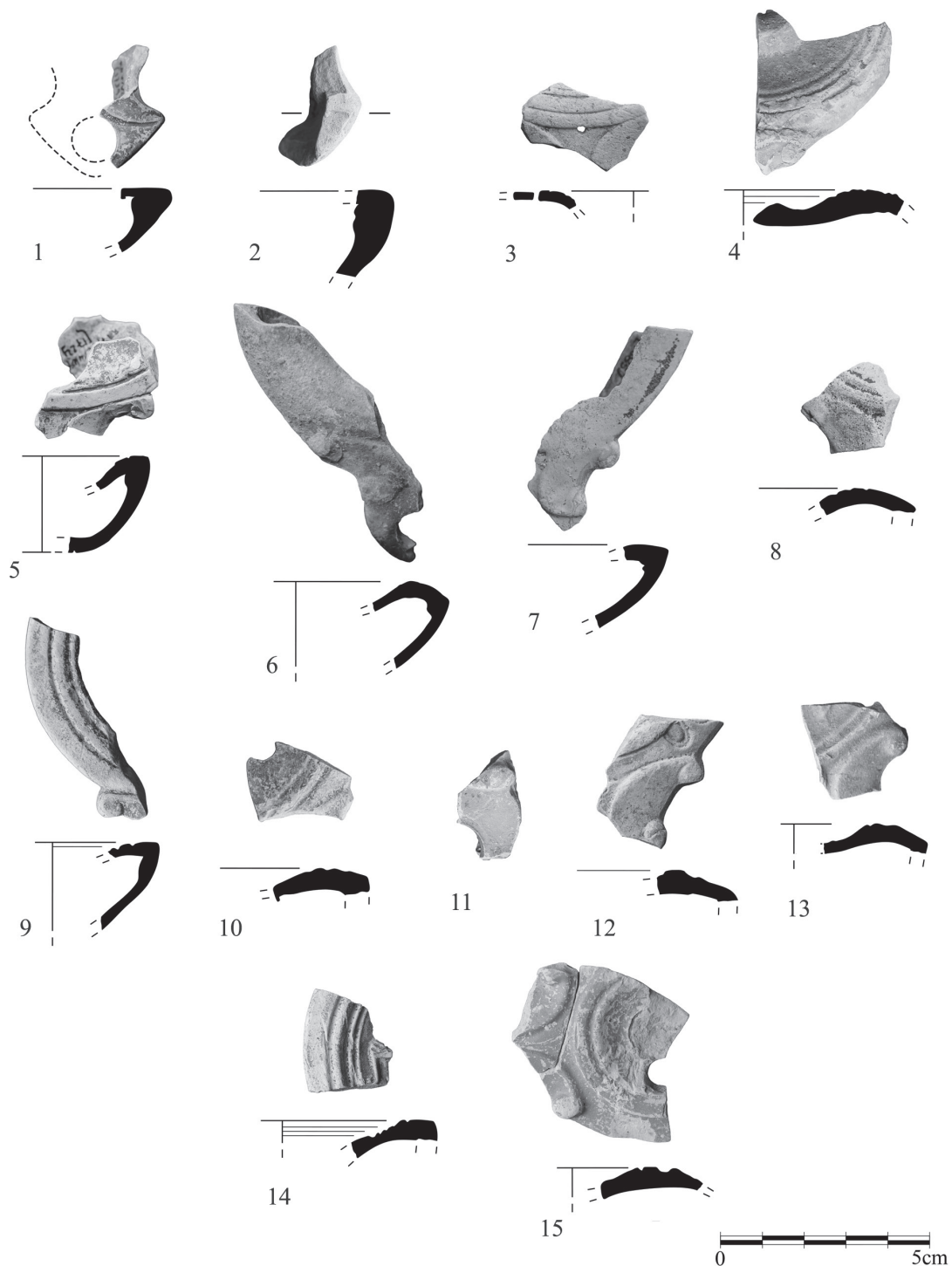


Fig. 4: Lucernas de volutas de bico triangular: n.º 1 e 2, tipo A2 de Bailey/Loeschcke IB (1739 e 1747); n.º 3, tipo A3 de Bailey/Loeschcke IB (1794). Lucernas de volutas de bico redondo: n.º 4 e 5, tipo B2 de Bailey/Loeschcke IV (1718 e 1722); n.º 6 a 13, tipo B3 de Bailey/Loeschcke IV (1676, 1685, 1664, 1714, 1733, 1752, 1822 e 1717 respectivamente); n.º 14, tipo B4 de Bailey/Loeschcke IV (1734). Lucerna *bilychnis*: n.º 15, Deneauve XC/Bussière C I 3 (1751).

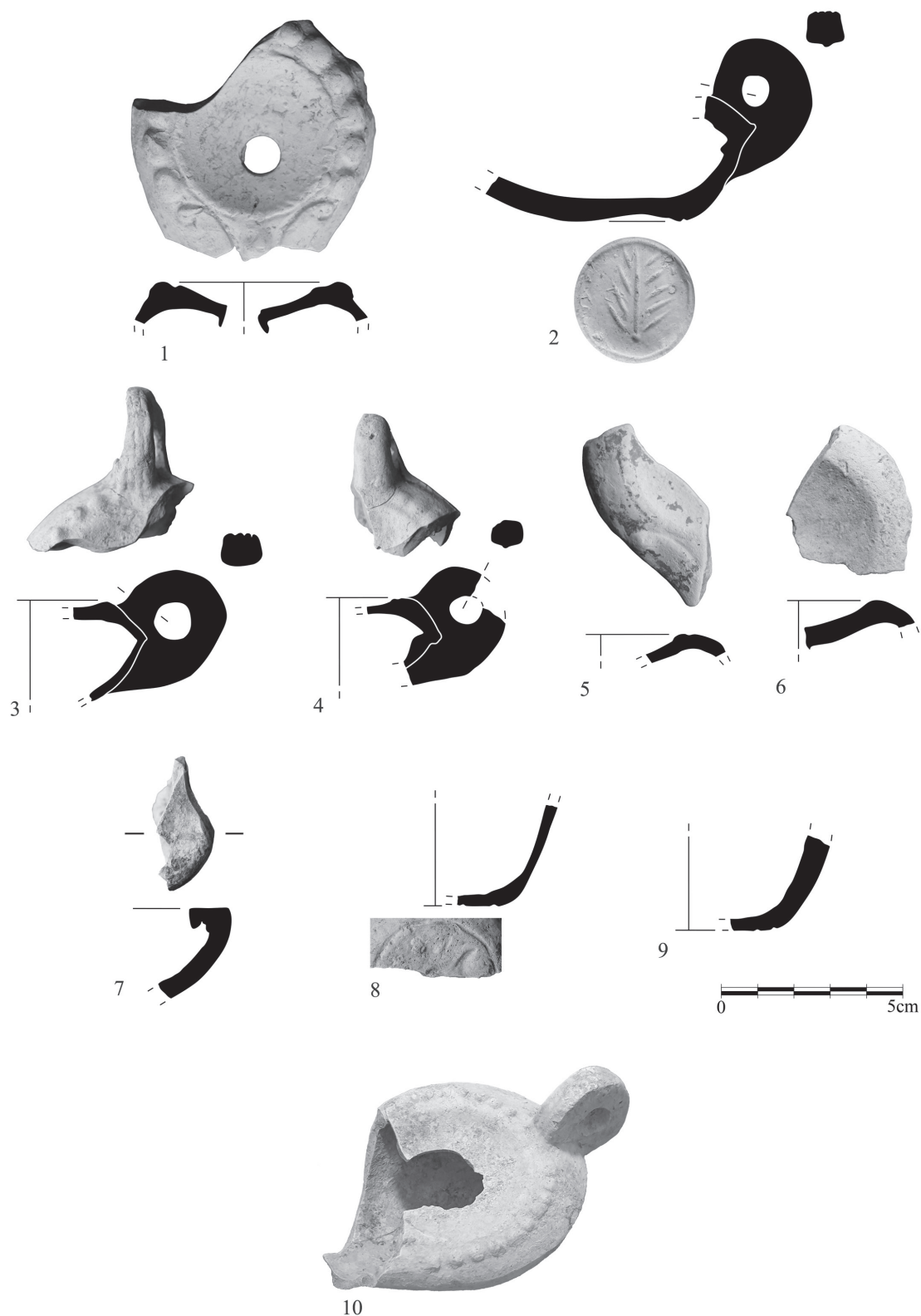


Fig. 5: Lucernas de tipo Riotinto-Aljustrel: n.º 1 a 9, exemplares depositados no Museu Municipal de Faro (1826, 1828, 1698, 1769, 1804, 1710, 1713, 1679 e 1655 respectivamente); n.º 10, exemplar à guarda do Hotel Sol Algarve (1843, sem escala).

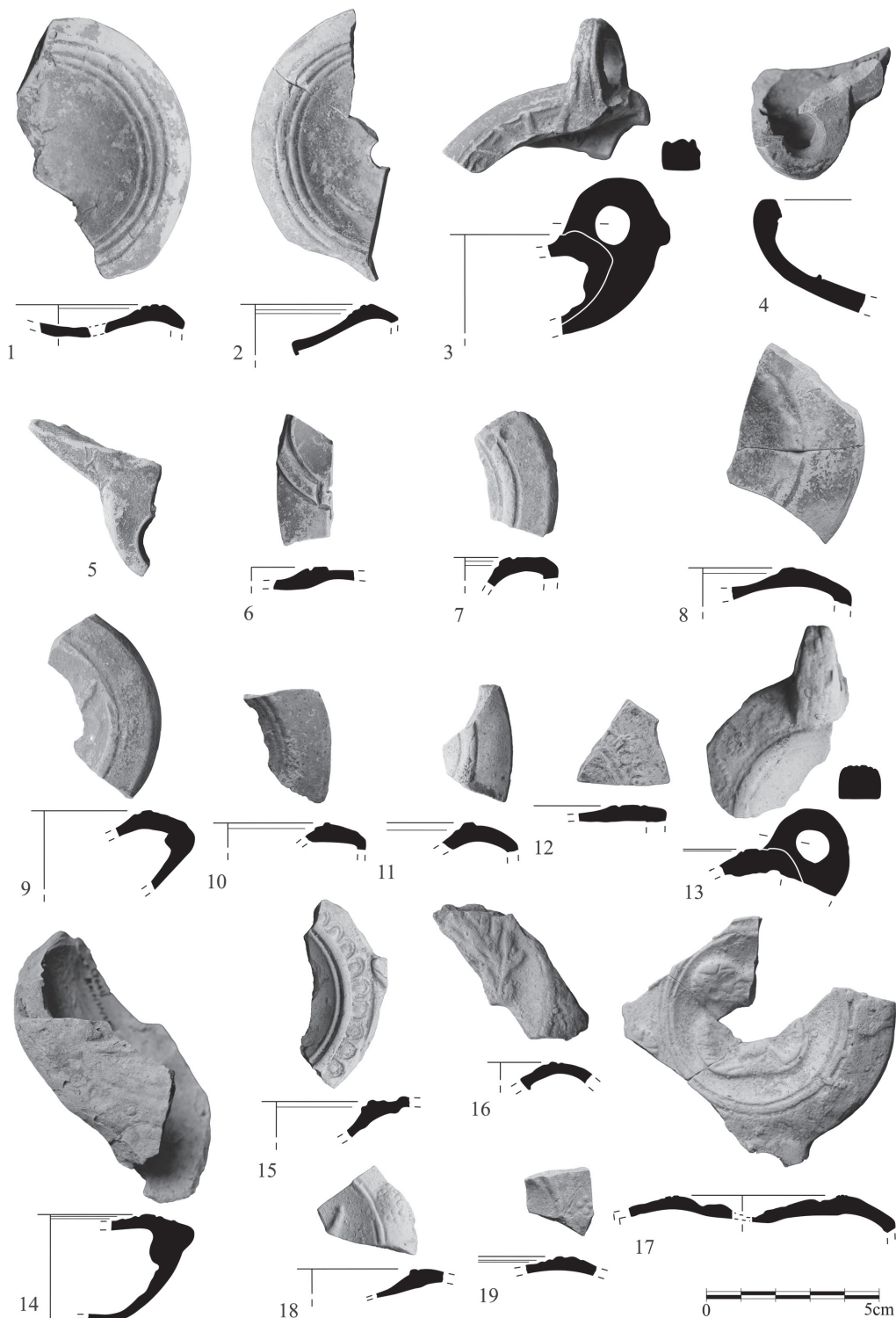


Fig. 6: Lucernas de disco: n.º 1 e 2, Bussière D I ou D II/Dr.-Lamb. 18/19 (1805 e 1819); n.º 3, Bussière D I/Dr.-Lamb. 18/19 (1834); n.º 4 e 5, Bussière D II 1/Dr.-Lamb. 20 (1703 e 1785); n.º 6, Bussière D II 2 ou D III 3/Dr.-Lamb. 20 (1760); n.º 7 a 10, Bussière D VII/Dr.-Lamb. 20 (1709, 1701, 1833 e 1793); n.º 11, possível Bussière D IX/Dr.-Lamb. 27/28 (1716); n.º 12 e 13, Bussière D X/Dr.-Lamb. 27/28 (1737); n.º 14 e 15, Bussière D X 1/Dr.-Lamb. 27/28 (1702 e 1663); n.º 16, Bussière D X 4/Dr.-Lamb. 27/28 (1715); n.º 17 a 19, Bussière D X 5/Dr.-Lamb. 27/28 (1830, 1820 e 1787).

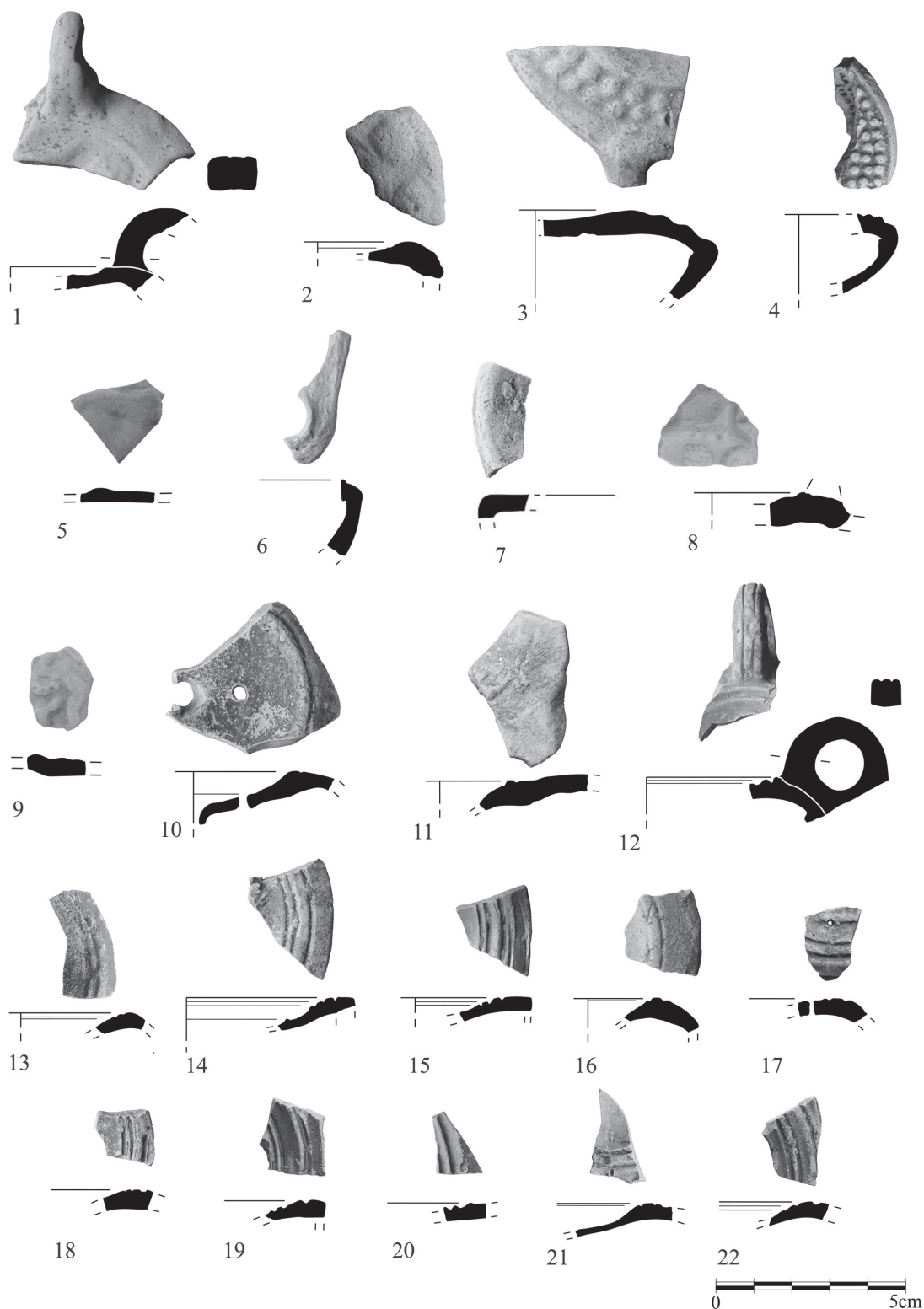


Fig. 7: Lucernas de disco: n.º 1, Bussière D X 5/Dr.-Lamb. 27/28 (1798); n.º 2, possível Bussière D X 5 de produção local/regional (1799); n.º 3 e 4, Bussière D X 6/ Dr.-Lamb. 30 (1812 e 1706). Lucerna tardo-antiga de produção africana (n.º 5, 783). Possível lucerna oriental (n.º 6, 1788). Lucerna circular produzida a torno (n.º 7, 1757). Fragmentos de lucernas de classificação indeterminada (n.º 8 a 22).



Fig. 8: Lucernas romanas produzidas a torno de Alcácer do Sal, provenientes das escavações do convento da Nossa Senhora de Aracoelli (em exposição na Cripta Arqueológica).

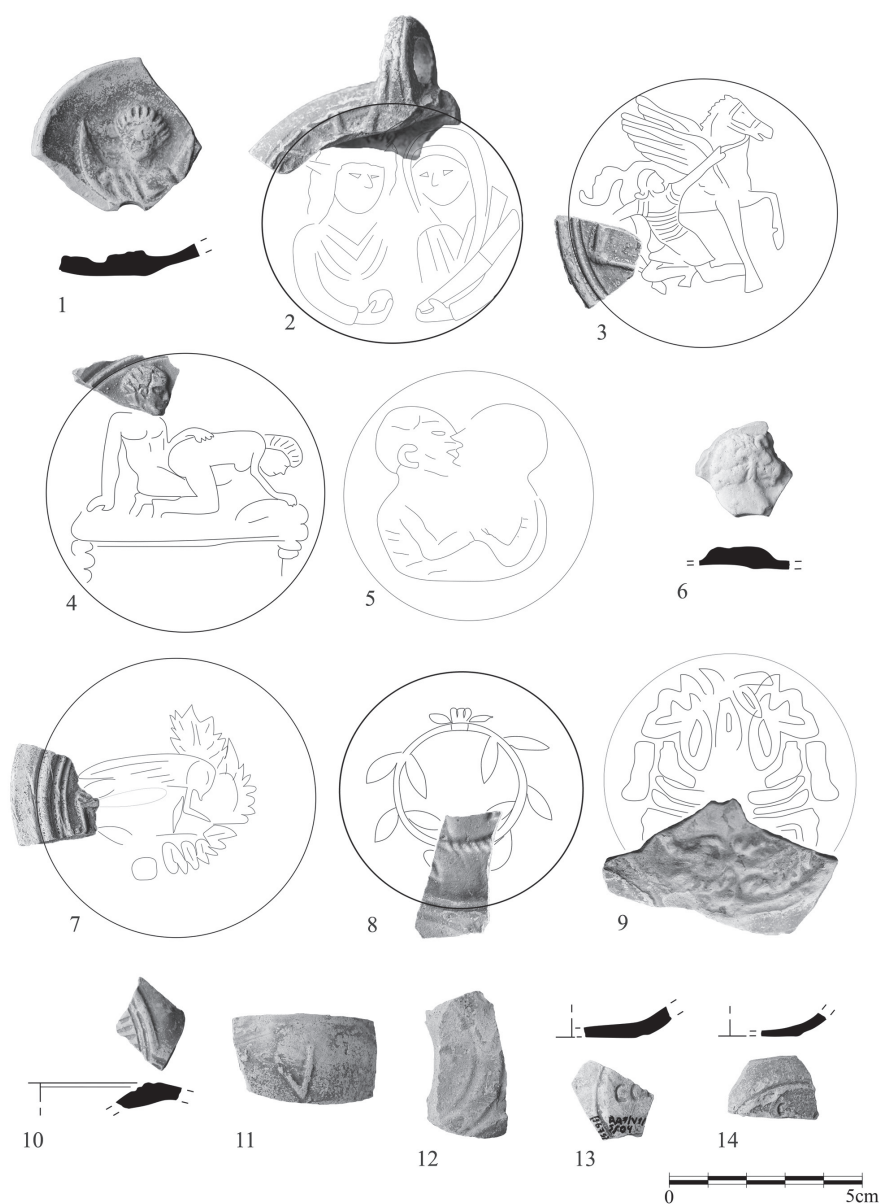


Fig. 9: Representações iconográficas (n.º 1 a 10) e epigrafia (n.º 11 a 14).



Fig. 10: Metade inferior de uma lucerna com detalhes que sugerem não ter sido finalizada (rebarbas laterais, pormenores esbatidos, ausência de engobe e de vestígios de utilização).